



SCPAR
InvestSC

Parcerias e Negócios Estratégicos



RELATÓRIO ANUAL DA GESTÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. PERFIL EMPRESARIAL.....	5
2.1. SC Participações e Parcerias – SCPAR.....	5
2.2. Da reestruturação e da conversão da SCPAR em Invest SC.....	9
2.3 Recursos Humanos.....	12
2.4. Mercado de Atuação.....	13
2.4.1 Programa Estratégico para Promoção e Atração de Investimentos.....	14
2.4.2 Prestação de serviços de apoio especializado ao PPI-SC.....	15
2.5. Missão, Visão e Valores.....	16
2.5. Sustentabilidade na Prática - Adesão à Agenda 2030 da ONU.....	20
3. PRINCIPAIS ENTREGAS DO EXERCÍCIO 2024.....	21
3.1. Atividades de Gestão.....	21
3.2. PPPs e Concessões.....	24
3.3. Atração de Investimentos.....	30
4. EMPRESAS DO GRUPO.....	35
4.1. Subsidiárias Integrais.....	37
4.1.1. SCPAR Porto de Imbituba S.A.....	37
4.1.2. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.....	38
4.2. Participações Acionárias.....	39
4.2.1. Sapiens Parque S.A.....	39
4.3. Filial Porto de Laguna.....	40
4.3.1 Desempenho operacional.....	40
4.3.2 Lucro Líquido.....	43
5. ASPECTOS ECONÔMICOS.....	43
6. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	44
6.1. Conselho da Administração.....	44
6.2. Conselho Fiscal.....	45
6.3. Diretoria Executiva.....	46
6.4. Comitê de Elegibilidade.....	47
6.5. Comitê de Auditoria Estatutária- CAE Conglomerado.....	47
7. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS.....	48
8. CONTROLE INTERNO.....	48
9. AUDITORES INDEPENDENTES.....	51
10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E DIVIDENDOS RECEBIDOS –.....	51
11. INVESTIMENTOS.....	52
11.1. Gestão Orçamentária.....	52
11.2. Convênios.....	52
12. DESEMPENHO AMBIENTAL.....	53
13. DESEMPENHO SOCIAL.....	56
14. GESTÃO DE PESSOAS.....	59
16. PERSPECTIVAS PARA 2025.....	60

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros acionistas, colaboradores, parceiros e stakeholders,

É com grande satisfação e orgulho que apresento o relatório anual de gestão e as demonstrações financeiras de nossa empresa.

Este relatório reflete não apenas números e indicadores do último ano, mas os primeiros resultados, frutos de um compromisso firmado entre a nova gestão da empresa, seus colaboradores e o acionista majoritário: com dedicação, empenho, criatividade e inovação, impulsionar esforços ao longo do período e alcançar resultados sólidos para a empresa e para o Estado de Santa Catarina.

O ano que passou foi desafiador em muitos aspectos, adicionando, a um ambiente econômico global em constante evolução os desafios do primeiro ano de gestão da atual diretoria da empresa, pela reestruturação e novos direcionamentos determinados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, acionista majoritário da companhia para os processos internos e pela busca por maior eficiência.

O Estado de Santa Catarina possui excelentes indicadores de desempenho sociais e econômicos, o que lhe proporciona figurar como o segundo Estado Mais Competitivo do País, segundo o Ranking CLP 2024, e, com apenas 1% de território nacional, ser a sexta maior economia do país. Porém, os resultados positivos em vários dos rankings nacionais, sejam econômicos ou sociais, não permitem que o Estado se acomode, mas que busque uma ação proativa na atração de investimentos, sejam em infraestrutura ou para o setor produtivo, com atração de novas empresas e novos negócios.

Por isso, o exercício de 2024 ficará marcado como o ano da reestruturação da SCPAR e da retomada da sua vocação originária, de geração de desenvolvimento e de gestão de programas estratégicos para o Estado de Santa Catarina.

Baseamo-nos em estudos que apontam que uma boa prática na atração de investimentos e estruturação de projetos de PPPs e concessões é a instituição de uma unidade segregada da administração pública direta para execução de projetos e atendimento ao investidor, de modo que o governo detenha a estratégia e as diretrizes gerais da política pública, delegando a execução para um ente com maior agilidade e regime jurídico de direito privado, mas pertencente a estrutura do Estado.

E assim, a SCPAR passou a ser a Invest SC, a agência oficial de promoção e atração de investimentos do Estado de Santa Catarina. Foram feitas adequações no organograma, feita uma nova identidade visual e registrado o novo nome fantasia.

Também fizemos uma revisão e realinhamento das nossas estratégias, com definição de nova Missão, Visão e Valores Estratégicos.

Como apresentaremos neste Relatório, estruturamos uma nova área de atração de investimentos diretos, e já obtivemos resultados significativos.

E nas nossas atividades de estruturação e modelagem de PPP's, buscamos alinhar-nos a fatores ESG. Primeiro, pelo volume considerável de projetos de PPP's de "infraestrutura social" na carteira do Estado, gerenciada pela SCPAR. O conceito de "infraestrutura social" refere-se à rede de instalações, serviços e estruturas essenciais que apoiam o bem-estar e o desenvolvimento social.

Enquanto a chamada "infraestrutura econômica" tradicionalmente se refere a estradas, pontes, sistemas de transporte, energia e água, a "infraestrutura social" abrange uma variedade de elementos voltados para o desenvolvimento humano e social, como escolas, hospitais, equipamentos de assistência social, turismo, cultura etc.

As PPP's para "infraestruturas sociais" surgem da necessidade de encontrar soluções inovadoras e eficientes para atender às demandas sociais, muitas vezes em contextos em que os recursos públicos são limitados ou onde o setor público enfrenta desafios na prestação eficiente desses serviços.

Ao incorporar aos projetos de PPP's e Concessões do Estado considerações ambientais, sociais e de governança em todas as etapas do desenvolvimento e operação de projetos conjuntos entre o Estado de Santa Catarina e o setor privado, a SCPAR exerce seu papel social em busca de benefícios tanto para as partes envolvidas quanto para a sociedade como um todo, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

E se 2023 foi um ano de ajuste fiscal, controle e planejamento e o exercício de 2024 foi o ano da reestruturação e reconstrução da missão e da visão de futuro da SCPAR, o exercício de 2025 se desenha como o ano da consolidação, com a celebração dos 20 anos da fundação da empresa, quando esperamos consolidar o papel de protagonismo como referência na gestão de ativos, na estruturação e modelagem de PPP's e Concessões do Estado de Santa Catarina e no exercício da missão estratégica de promover o estado e atrair novos investimentos.

Quero expressar minha gratidão a todos os colaboradores da SCPAR. A retomada das atividades da vocação da empresa é fruto da resiliência e da dedicação do grupo. Os primeiros resultados já foram visíveis em 2024 e continuaremos a alcançar novos patamares de sucesso em 2025, contribuindo para um futuro próspero e sustentável, para a companhia, para o Estado de Santa Catarina e para a população catarinense.

Muito obrigado!

Renato Dias Marques de Lacerda
Diretor-Presidente

1. APRESENTAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, a Diretoria Executiva da SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente instruído com o Relatório dos Auditores Externos Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. SC Participações e Parcerias – SCPAR

A SC Participações e Parcerias S.A. SCPAR, inscrita no CNPJ sob o número 07.293.552/0001-84, foi fundada em 2005 sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado, e vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O seu Capital Social autorizado é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$ 245.005.530,80 (duzentos e quarenta e cinco milhões, cinco mil, quinhentos e trinta reais e oitenta centavos).

A empresa foi constituída em 2005 por meio da Lei Estadual nº 13.335, tendo então, como objeto principal:

Art. 2º A SC-PARCELIAS S/A terá por objeto gerar investimento no território catarinense, através de participações societárias ou pela celebração de contratos, nos regimes de parcerias público-privadas ou de concessão de serviços públicos.

Ainda em 2005, o objeto foi ampliado, por meio da Lei Estadual nº 13.545, tendo sido adicionada a competência para constituir sociedades:

Art. 2º A SC PARCELIAS S/A terá por finalidade e objeto a geração de investimentos no território catarinense, através de participações societárias, constituição de sociedades, inclusive as de propósito específico ou pela celebração de contratos, inclusive nos regimes de concessão, em qualquer das suas modalidades, terceirização ou parcerias público-privadas.

Em 2007, com a alteração legal introduzida pela Lei nº 14.081/2007, assim passou-se a prever a possibilidade de exercer a atividade de prestação de serviços:

Art. 2º A SC-PARCELIAS S/A terá por finalidade a geração de investimentos, a elaboração ou contratação de projetos e a prestação de serviços.

Na mesma ocasião, a empresa passou a ter como definidos os setores estratégicos para geração de investimentos:

§ 1º A SC-PARCELIAS S/A, prioritariamente, objetivará investimentos em:

- I - rodovias;*
- II - energia alternativa em qualquer de suas modalidades;*
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;*
- IV - portos, marinas e obras costeiras;*
- V - transporte de massa;*
- VI - saneamento básico;*
- VII - aeroportos, inclusive seus acessos, e aeroporto-indústria; e*
- VIII - logística de todos os modais.*

Em 20 de junho de 2011, a Lei nº 15.500 revogou a Lei nº 13.335/2005, reestruturando a gestão, a definição das suas competências e as suas atribuições, que assim passaram a ser previstas:

Art. 3º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr terá por objetivo:

- I - promover a geração de investimentos no Território Catarinense;*
- II - coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina;*
- III - comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e*
- IV - desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.*

A nova redação ainda previu os setores estratégicos para promoção de investimentos, dando-lhe, entretanto, liberdade para definir outros setores ou promover outras atividades e segmentos:

Art. 3º

...

§ 2º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAr poderá estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;*
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;*
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;*
- IV - geração e transmissão de energia;*
- V - logística de todos os modais;*

- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;*
 - VII - portos, marinas e obras costeiras;*
 - VIII - rodovias;*
 - IX - saneamento básico;*
 - X - sistemas de mobilidade urbana; e*
 - XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.*
- § 3º Por decisão de seus órgãos de administração, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR poderá promover a geração de investimentos em segmentos que não estejam discriminados no parágrafo anterior.*

A lei, em 2011, também previa formas pelas quais a empresa pode exercer seu objeto, em lista não exaustiva de atividades, mantendo, entre elas, a possibilidade de celebrar contratos com a administração pública direta e indireta para prestação de serviços, para instituir parcerias público-privadas e para gestão de ativos, por meio de locação, cessão, ou outras formas de alienação:

Art. 6º Para a consecução de seus objetivos, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR poderá:

I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto:

- a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços e as respectivas implementações, execuções e fiscalizações;*
- b) a instituição de parcerias público-privadas e concessões;*
- c) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;*

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;

III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observado a legislação pertinente;

IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;

X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e

XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu Estatuto Social.

Em 2017, com o advento da Lei nº 17.156, que instituiu o marco regulatório do Programa de Parcerias Público-Privadas de Santa Catarina, foi revogado o inciso II do artigo 3º (“coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina”) e a alínea “b” do inciso I do artigo 6º (a possibilidade de celebrar contratos com a administração pública que tenham como objeto “a INSTITUIÇÃO de parcerias público-privadas e concessões”) e os parágrafos 2º e 4º do mesmo artigo 6º (ligados à atividade revogada de instituição de PPPs).

Portanto, seguem em vigor os seus OBJETIVOS:

Art. 3º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR terá por objetivo:

I - promover a geração de investimentos no Território Catarinense;

II - revogado

III - comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e

IV - desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

Seguem em vigor os MEIOS para alcançar estes objetivos:

Art. 6º Para a consecução de seus objetivos, a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR poderá:

I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto:

a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços e as respectivas implementações, execuções e fiscalizações;

b) revogada

c) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;

E por fim, segue em vigor a seguinte determinação legal (grifo nosso):

§ 5º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR SERÁ remunerada pelos serviços e garantias que prestar, bem como pela coordenação dos Fundos Setoriais de Investimento.

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a SCPAR, nos últimos anos, vinha atuando com enfoque maior nos setores de gestão portuária e desestatizações.

Como controladora dos Portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do Porto de Laguna, amparada no inciso III do artigo 3º (“III - comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas”) e na autorização dada pelo artigo 4º:

Art. 4º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a outorgar para a SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, os direitos de exploração das rodovias, portos, aeroportos, ferrovias e demais bens e

serviços de que for detentor, para serem alocados em projetos de investimentos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. Os direitos das outorgas transferidos à SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR poderão ser cedidos a terceiros contratados, públicos ou privados, mediante licitação.

2.2. Da reestruturação e da conversão da SCPAR em Invest SC

Nos últimos anos, no que tange à atividade de Gestão Portuária, a SCPAR atuou apoiando as suas subsidiárias integrais SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul e gerenciando sua filial SCPAR Porto de Laguna, na busca pela melhoria contínua da gestão administrativa e operacional, através da modernização do modelo e da busca pela padronização das melhores práticas de gestão, governança e de serviços técnicos de projetos.

Ainda durante o presente exercício de 2024, a Holding se dedicou a incluir a administração e exploração do Porto de Laguna na esfera de competência de sua subsidiária integral a SCPAR Porto de Imbituba.

Além disso, a SCPAR possui competência legal para desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de governo, assim como firmar parcerias mediante participação acionária em empresas públicas e privadas.

Com a revogação da capacidade de coordenar o Programa de Parcerias Público-Privadas e do Programa de Parcerias e Investimentos PPI-SC, coordenação atribuída à Secretaria de Estado da Fazenda, a SCPAR passou a prestar-lhe o apoio técnico especializado na estruturação de projetos, como previsto no Decreto nº 468/2020:

§ 1º Compete à SEF coordenar o PPI-SC, cabendo-lhe: (Redação dada pelo Decreto nº 1530 DE 22/10/2021).

I - estruturar a modelagem técnico-operacional, econômico-financeira e jurídica, esta última em articulação com a Procuradoria-Geral do Estado, bem como o gerenciamento operacional das parcerias entre órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e a iniciativa privada;

II - elaborar, revisar, ajustar ou consolidar, direta ou indiretamente, projetos e estudos técnicos no âmbito do PPI-SC;

III - colaborar com os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta interessados em participar do PPI-SC;

IV - coordenar a execução de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) no âmbito do PPI-SC;

V - opinar tecnicamente, quando solicitado pelo CGPPI-SC, sobre a viabilidade e exequibilidade de projetos propostos para inclusão no PPI-SC;

VI - celebrar contratos que tenham por objeto atividades relacionadas à concessão de serviços públicos, a parcerias público-privadas ou a desestatizações, ou neles ser interveniente; e

VII - celebrar acordo de cooperação e/ou convênio com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual para a consecução das ações de interesse comum previstas nos incisos I a IV deste parágrafo.

””
§ 5º A SEF contará com apoio operacional da SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar) para execução das atribuições previstas no § 1º deste artigo.

Para prestar o apoio operacional à Secretaria de Estado da Fazenda, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica em 14/09/2022, prevendo que à SCPAR cabe dar suporte técnico e operacional à SEF, especificamente para a realização de atividades junto ao PPI-SC e que será remunerada por meio de ressarcimento à origem, nos termos do Decreto nº 336/2019 c/c Resolução CPF nº 017/2012.

Parte da equipe técnica dos quadros da SCPAR atuou, em função do ACT, in loco, na Diretoria de Atração de Investimentos, Parcerias e Recursos da Secretaria de Estado da Fazenda, integrando as atividades de estruturação de PPPs e concessões, que focam na atração de investimentos em infraestrutura, com as atividades de atração de investimentos diretos para o setor produtivo, exercida naquela pasta.

Neste período, destacou-se nas atividades de atração de investimento em infraestrutura, como suporte técnico especializado na gestão do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Um dos destaques foi o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estiveram em desenvolvimento e irão gerar economia aos cofres públicos.

As atividades de apoio ao PPI e as atividades de atendimento e atração de investimentos geraram uma grande sinergia entre as duas atividades e equipes com as demais áreas de governo responsáveis por atendimento a investidores.

Esta sinergia incentivou a determinação para que se iniciasse a reestruturação da SCPAR, incorporando estas atividades, até então desempenhadas na Secretaria de Estado da Fazenda.

A construção desta reestruturação contou com a participação intensiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, por meio de um acordo de cooperação técnica firmado entre a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco. Com apoio de um consultor e de um especialista do Banco, foi realizada uma jornada de imersão com os servidores envolvidos com os processos de atração de investimentos de todas as partes envolvidas do Governo do Estado: Secretarias de Estado da Fazenda, da Indústria, Comércio e Serviços, da Ciência e Tecnologia, de Assuntos Internacionais, de Planejamento e a própria SCPAR.

A atividade de construção de um modelo de negócio baseou-se em práticas e benchmarking internacionais e nacionais, e considerou cenários que apontassem o melhor caminho para desenvolvimento da atividade de fomento e desenvolvimento por meio da atração de investimentos. Entre os cenários, a possibilidade de aproveitamento da estrutura da SCPAR e a retomada da sua atividade vocacional, sem necessidade de criar novas estruturas.

A opção foi a escolhida em reunião que contou com a presença de secretários de estado das áreas envolvidas, e depois levada ao senhor Governador do Estado.

O modelo de agência de atração de investimentos que congrega as duas atividades, tanto investimentos em infraestrutura, por meio de PPPs e Concessões, e o investimento direto, no setor produtivo, é inovador no país, já que a maioria dos estados opera com duas entidades distintas. Porém, há referências de que no exterior é mais comum o modelo, de forma que o compartilhamento das atividades-meio gerará eficiência e a sinergia entre as áreas de negócios gerará eficácia nas ações de desenvolvimento.

FIGURA 01 - Sinergia entre Áreas Fim da Invest SC



Fonte: Invest SC

Com a reestruturação das atividades e retorno dos empregados que atuavam in loco na SEF, a SCPAR voltou a realizar *in house* as atividades de apoio técnico ao PPI – Programa de Parcerias e Investimentos, que segue sob coordenação estratégica da Secretaria da Fazenda.

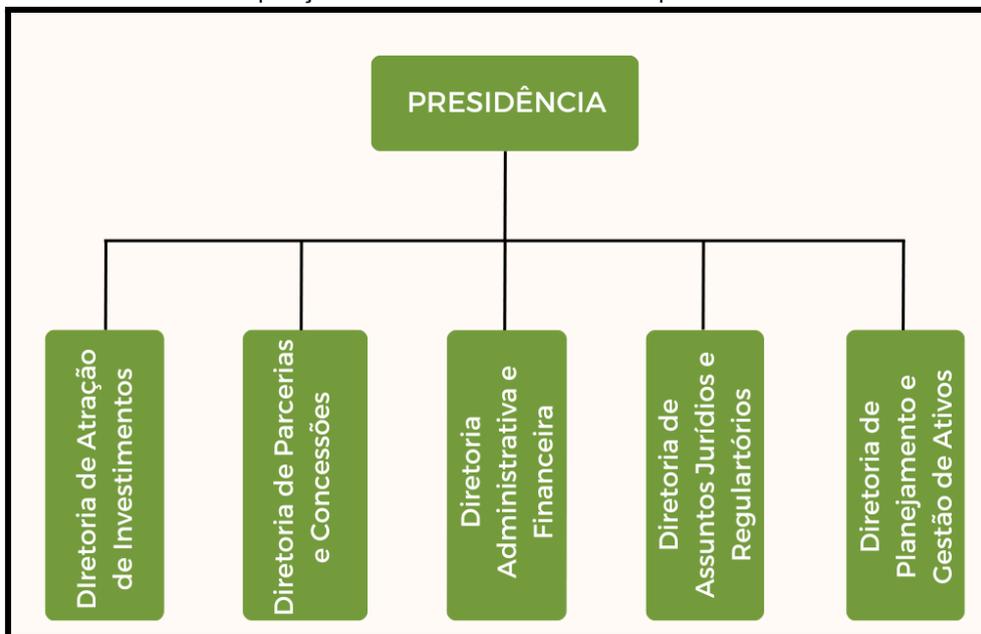
O apoio técnico especializado prestado pela companhia para o PPI-SC segue amparado pelo ACT, mas as atividades de estruturação e modelagem voltam a se tornar uma importante fonte de ingresso de recursos financeiros para a Companhia, como se verá adiante.

Também com o advento da Assembleia Geral Extraordinária de 02/02/2024, a empresa passou a desempenhar de forma direta o seu objeto principal, previsto no inciso I do artigo 3º da Lei nº 15.500/2011: “promover a geração de investimentos no Território Catarinense”.

*Art. 3º A SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR terá por objetivo:
I - promover a geração de investimentos no Território Catarinense;*

Durante o exercício 2024, a empresa reestruturou-se, com a alteração da então vaga Diretoria de Portos para Diretoria de Atração de Investimentos e criação da Diretoria de Concessões e Parcerias.

FIGURA 02 - Nova composição da Diretoria-Executiva da empresa



Fonte: Invest SC

Por fim, para celebrar e registrar a retomada de sua vocação, no exercício em que a companhia celebrou seus 20 anos de existência, foi aprovado pelo acionista o novo nome fantasia, **Invest SC**, que espelha as tendências nacionais e internacionais de agências de promoção e atração de investimentos, e também agrega esta visão da empresa, de que o fomento e o desenvolvimento gerados pela atração de investimentos são alcançados e abrangidos por um conceito maior, que engloba os investimentos diretos no setor produtivo, os investimentos em infraestrutura, por meio de PPPs e concessões e a possibilidade de prestação de serviços de gestão de ativos, investimentos do acionista, da própria empresa ou de outros órgãos da administração pública.

2.3 Recursos Humanos

Para alcançar seus objetivos estratégicos, a Invest SC hoje conta com 40 colaboradores em seu quadro funcional. Atua com uma equipe qualificada e diversificada, onde a formação dos colaboradores está distribuída nas áreas de conhecimento de Administração, Engenharias, Direito,

Ciências Contábeis e Ciências da Saúde, o que representa uma ampla diversidade de conhecimentos específicos que dá respaldo para a atuação da empresa em diferentes áreas de negócio. É importante destacar que grande parte destes colaboradores possuem especialização, mestrado e doutorado.

Na Tabela 01 apresenta-se um detalhamento da composição do quadro de colaboradores ativos e sua distribuição.

TABELA 01 - Composição quadro de colaboradores.

Tipologia dos cargos		Quantitativo
1	Colaboradores de Cargos Efetivos (1.1+1.2)	14
1.1	Colaboradores de carreira vinculada ao órgão	11
1.2	Colaboradores de carreira vinculados a outro órgão	<u>03</u>
2.	Colaboradores com cargos em comissão	23
3.	Diretores sem vínculo efetivo	03
4.	Diretores com vínculo efetivo	01
Total de Colaboradores (1+2+3)		40

Fonte: Invest SC.

2.4. Mercado de Atuação

A assunção de uma nova identidade, com a retomada das suas atividades vocacionais, objeto de sua fundação, mostra a compreensão do caráter de interesse público da empresa.

A Invest SC atua como catalisador para promoção de fomento e desenvolvimento, com atração e promoção de investimentos, sejam investimentos diretos no setor produtivo ou investimentos em infraestrutura, por meio do apoio ao PPI-SC e da prestação de serviços técnicos na modelagem e estruturação de projetos de PPP e concessão, de forma que, em atendimento ao parágrafo 5º do artigo 6º da Lei nº 15.500/2011, a remuneração pelos serviços e garantias que prestar, bem como coordenação de eventuais fundos setoriais de investimentos, financiarão as suas atividades, em especial as de atração e promoção de investimentos.

A orientação estratégica da Invest SC tem como campo de atuação a gestão portuária, a promoção da geração de investimentos no território catarinense e o desenvolvimento, gerenciamento e/ou a prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo.

Considerando a gestão portuária, a Invest SC manterá os investimentos em suas subsidiárias integrais SCPAR Porto de São Francisco e Porto de Imbituba, assim como na filial Porto de Laguna, até que seja alcançado o objetivo de transferência da sua gestão para a esfera de competência da subsidiária SCPAR Porto de Imbituba. Nos próximos anos também irá manter a sua participação

acionária no Sapiens Parque S.A., além de buscar o equacionamento das participações já provisionadas como perdas em TAC, Rossin e Proeza.

Em relação à promoção da geração de investimentos no território catarinense e ao desenvolvimento, gerenciamento e/ou prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo, a Invest SC irá fortalecer a sua atuação enquanto apoio técnico especializado ao PPI-SC, e também pretende inaugurar uma unidade de negócio voltada à promoção e atração de investimentos privados.

2.4.1 Programa Estratégico para Promoção e Atração de Investimentos

É importante destacar que há um movimento inverso ao processo de desestatização pelo qual passa a administração pública brasileira: é crescente o movimento de criação de Agências de Atração de Investimentos e Estatais que apoiam a estruturação de projetos de PPP e Concessão, bem como para gestão de ativos.

Os Estados e Municípios melhores colocados no ranking de atração de investimentos publicado pelo FDI Markets em 2019 (Financial Times) contam com estruturas (estatais, em regime de direito privado) voltadas especialmente para estes fins, com o intuito de prover e reter uma mão de obra especializada com um arcabouço institucional mais ágil e que consiga dialogar melhor com a iniciativa privada.

A iniciativa privada tende a apoiar a criação destas companhias uma vez que a expertise e agilidade na prestação destes serviços públicos geram melhorias significativas no ambiente de negócio nos Estados, facilitando a atração de investimento privado, seja esse para instalação de novas empresas, seja para operação de serviços e ativos públicos delegados.

Desta forma, a companhia pretende alargar a sua atuação assumindo o papel de Agência de Atração de Investimentos mediante a prestação de serviços de suporte técnico especializado no eixo Programa para Promoção e Atração de Investimentos, por atuar desde a sua criação lado a lado à iniciativa privada, sendo reconhecida nacionalmente como um ponto de apoio ao empreendedor, tanto pela iniciativa privada como por seus pares em outros estados e no Governo Federal.

Dentre suas atividades passa a prestar assessoria na atração de investimento para o Estado, por meio de articulação de apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, facilitando a instalação de novas empresas no estado ou ampliação de empresas já existentes, além de auxiliar na estruturação de projetos para alienação de ativos.

2.4.2 Prestação de serviços de apoio especializado ao PPI-SC

O Decreto nº 1.530 de 22 de outubro de 2021 atribuiu à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina - PPI-SC, cabendo à companhia atuar na prestação de serviços de apoio especializado para execução de estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização dentro do referido PPI-SC.

2.4.2.1 Serviços de Modelagem e Estruturação de Projetos

A atuação da Invest SC, no eixo de prestação de serviços de apoio especializado ao PPI-SC, tem como intento principal continuar contribuindo com o Estado de Santa Catarina, seu acionista controlador, para o fim de promover e gerar investimentos no território catarinense, firmando contratos de prestação de serviços de apoio operacional a Órgãos da Administração direta do Estado de Santa Catarina, Prefeituras e à Secretaria de Estado da Fazenda, na estruturação e gestão de projetos de desestatização, através de concessão de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública, nas modalidades comum, patrocinada e administrativa.

2.4.2.2 Serviços de apoio à Gestão e Fiscalização de contratos de PPPs e Concessões

A maior parte dos órgãos, ao finalizar suas atividades de estruturação e modelagem e após a celebração de contratos de parcerias público-privadas ou concessões, percebe a dificuldade técnica ou a insuficiência de recursos humanos necessários para desempenhar a gestão e a fiscalização destes contratos, que são de matéria complexa e de longa duração, a maioria se aproximando de 30 anos.

A Invest SC planeja estruturar, para atender esta demanda crescente, uma área específica para prestação de serviços de apoio à gestão de contratos de PPPs e concessões, que além de garantir a qualidade dos serviços almejada na modelagem e na estruturação das concessões, pode garantir um fluxo de receita contínuo para a companhia.

2.4.3 Outras potenciais áreas de atuação: Gestão de Ativos Públicos

Um movimento crescente no Brasil e no mundo tem visado atribuir uma gestão profissional e centralizada de ativos públicos através de holdings, para as quais lhes são delegadas a sua gestão, de modo a proceder o devido registro, avaliação e elaboração de uma estratégia de valorização e

rentabilização, seja através de alienação ou através de um desenvolvimento que gere maior valor para o cidadão.

Estes ativos estão concentrados em imóveis, para os quais pode haver diversas estratégias possíveis, como constituição de fundo imobiliário, permuta, concessão ou Parcerias Público-Privadas, e participações acionárias do Estado em empresas, sejam elas estatais ou privadas.

Em relação à concentração da gestão de participações acionárias, a OCDE¹, em seu documento de orientação para gestão de empresas estatais, o qual foi o precursor da Lei nº 13.303/2016, recomenda que as atividades de propriedade do Estado devam estar concentradas em uma única entidade.

“D. O exercício dos direitos de propriedade deve ser claramente identificado no âmbito da administração do Estado. Isso pode ser facilitado por meio da formação de uma entidade coordenadora ou, mais apropriadamente, por meio da centralização da função de propriedade.” (OCDE).

A função de propriedade única auxilia a monitorar o desempenho das participações acionárias do estado, podendo realizar comparativos de performance com outras companhias públicas e privadas, bem como auxiliar na padronização da gestão corporativa promovendo uma ligação entre as companhias e núcleo político do governo, prestando contas a stakeholders desta natureza, como Assembleia Legislativa, por exemplo.

A centralização da função da propriedade também pode permitir o reforço e a união de competências relevantes ao organizar grupos de especialistas em assuntos chave, como relatórios financeiros e nomeações do conselho. Dessa forma, a centralização pode ser uma força maior no desenvolvimento de relatórios globais sobre a propriedade estatal. Finalmente, a centralização é também uma forma efetiva de separar claramente o exercício das funções de propriedade de outras atividades desempenhadas pelo Estado, particularmente regulamentações de mercado e políticas industriais. (OCDE).

Para tal, planeja-se estruturar uma área de negócios, vinculada à Secretaria de Planejamento, que passou a se denominar Diretoria de Planejamento e Gestão de Ativos, para que a empresa se posicione como a melhor opção para fazer a gestão dos ativos do Estado.

2.5. Missão, Visão e Valores

As mudanças realizadas no exercício de 2024 exigiram um realinhamento estratégico da empresa. A empresa precisou fazer uma nova análise da sua própria identidade organizacional, além da

¹ <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceofstate-ownedenterprises/40157990.pdf>

reavaliação de seus objetivos, análise de ambiente, para melhor poder realocar seus recursos. Os trabalhos foram realizados em conjunto pela Diretoria Executiva e pelos servidores chefes de departamento e ocupantes de cargos estratégicos.

Foram considerados os seguintes processos para realização do realinhamento estratégico:

Reavaliação de Metas e Objetivos: revisão das metas e objetivos da organização, levando em consideração mudanças no mercado, nas expectativas dos clientes e na posição competitiva da empresa.

Análise de Ambiente Externo e Interno: realização de uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) para entender melhor os fatores que impactam o negócio, incluindo identificação de novas oportunidades de mercado e ameaças emergentes.

Redefinição de Recursos e Capacidades: ajuste para alocação de recursos (financeiros, humanos e tecnológicos) para alinhar com as novas estratégias.

Comunicação e Envolvimento: comunicação das mudanças para todas as partes interessadas, incluindo funcionários, acionistas e parceiros.

Monitoramento e Avaliação: estabelecimento e revisão dos indicadores de desempenho para monitorar o progresso das iniciativas de realinhamento e fazer ajustes conforme necessário.

A Missão Estratégica da Invest SC passa a refletir o propósito da instituição e sua contribuição para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Até o exercício de 2024, assim figurava a missão da MISSÃO da SCPAR:

Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense, por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios.

Com o realinhamento das estratégias da empresa, passando a atuar como Invest SC, foram considerados novos elementos:

a) **Promoção do Desenvolvimento Sustentável:** Enfatizar a importância de investimentos que respeitem e promovam a sustentabilidade ambiental e social. Isso está alinhado com as tendências globais e a necessidade de um desenvolvimento econômico responsável.

b) **Atração de Investimentos:** Destacar o papel da Invest SC como facilitadora na captação de investimentos, tanto nacionais quanto internacionais, tanto em infraestrutura, como impulsionadores do desenvolvimento, como os investimentos diretos nos setores produtivos, que beneficiem a economia local e regional.

c) **Fortalecimento de Parcerias:** Mencionar a construção de redes de colaboração entre o setor público, privado e a sociedade civil, essencial para um desenvolvimento econômico integrado.

d) Impulsionamento da Inovação e Competitividade: Enfatizar o foco na inovação e na competitividade, promovendo a modernização de setores-chave da economia local.

e) Geração de Empregos: Incluir um compromisso claro com a criação de oportunidades de emprego e o fortalecimento do mercado de trabalho, crucial para o bem-estar da população.

Em 2024, após a reestruturação, assim passou a ser a Missão da Invest SC:

**Prover soluções para o desenvolvimento sustentável
de Santa Catarina,
promovendo investimentos,
parcerias e negócios estratégicos e
impulsionando a inovação, a competitividade
e o nível de empregos.**

A nova visão da Invest SC deve refletir o futuro desejado para a agência e sua contribuição ao desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Assim constava a VISÃO 2024:

Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos.

Para o novo contexto de suas atividades, foram considerados os seguintes elementos para determinação da nova VISÃO:

Reconhecimento Regional: A ambição de se tornar a agência de promoção de investimentos mais inovadora do Brasil, destacando a posição da Invest SC no cenário regional e internacional.

Ser Catalisadora do Desenvolvimento Econômico: A visão deve enfatizar o papel da Invest SC como um agente catalisador que impulsiona o crescimento econômico e a transformação de Santa Catarina.

Sustentabilidade: Incorporar a sustentabilidade como um princípio fundamental, destacando a intenção de promover investimentos que respeitem e preservem o meio ambiente e o bem-estar social.

Inovação: O foco na inovação reflete a necessidade de acompanhar as tendências globais e estimular setores emergentes, preparando o estado para o futuro.

Parcerias Estratégicas: Reconhecer a importância de parcerias estratégicas com empresas, governos e instituições acadêmicas para criar um ecossistema robusto de inovação e desenvolvimento.

Assim passou a constar a VISÃO 2024:

**Ser referência na promoção de investimentos sustentáveis,
parcerias e negócios estratégicos.**

Por fim, os valores da Invest SC devem refletir os princípios éticos e operacionais que guiam a agência em suas atividades de promoção de investimentos e desenvolvimento econômico.

Até 2024, eram os seguintes os valores da SCPAR:

*Excelência nos serviços
Zelo pelos ativos públicos
Foco em resultados
Valorização dos colaboradores
Gestão transparente*

Embora todos estes valores refletissem a postura da empresa e de seus colaboradores, as novas atividades e postura organizacional demandaram a inserção de novos valores.

Sustentabilidade: Valorização de práticas que promovam o desenvolvimento econômico em harmonia com a preservação ambiental e o bem-estar social, assegurando que as futuras gerações possam beneficiar-se dos recursos naturais.

Inovação: Incentivar a criatividade e a busca por soluções inovadoras para atrair investimentos e melhorar a competitividade de Santa Catarina, adaptando-se às mudanças do mercado.

Colaboração: Fomentar parcerias entre setores público e privado, além de colaborar com outras instituições e municípios para maximizar o impacto das iniciativas de investimento.

Responsabilidade: Assumir a responsabilidade pelo impacto das ações da agência, assegurando que todos os investimentos promovidos beneficiem a sociedade e o ambiente local.

Agora, são os seguintes, portanto, os VALORES que orientam as ações da Invest SC:

Excelência nos Serviços
Foco em Resultados
Valorização dos Colaboradores
Geração e Retenção de Conhecimento
Gestão Transparente
Inovação
Sustentabilidade
Cooperação
Responsabilidade

2.5. Sustentabilidade na Prática - Adesão à Agenda 2030 da ONU

A Invest SC anunciou, em 05/06/2024, Dia Mundial do Meio Ambiente, a sua adesão ao Movimento ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Santa Catarina. A iniciativa está alinhada com a Agenda 2030 da ONU, que visa promover um futuro mais sustentável e inclusivo para todos.

A adesão reforçou a importância da sustentabilidade em nossas ações, tanto nos projetos desenvolvidos pela empresa para concessões e parcerias público-privadas, mas também nos projetos privados de atração de investimentos diretos.

Os ODS, estabelecidos pela ONU, são um conjunto de 17 objetivos que abrangem questões como energia acessível e limpa, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura e ações contra a mudança global do clima.

No rol das atividades desempenhadas pela Invest SC, destaca-se a observância dos ODS:

Energia Acessível e Limpa: A SCPAR Invest SC se compromete a promover o acesso a fontes de energia acessíveis e limpas em Santa Catarina. Isso incluirá o apoio e investimento em projetos que visam expandir o acesso a energia sustentável para todos os catarinenses, reduzindo assim a dependência de fontes de energia não renováveis.

Trabalho Decente e Crescimento Econômico: A empresa está comprometida em promover o trabalho decente e o crescimento econômico em Santa Catarina. Isso será realizado através da implementação de projetos que fomentem emprego e renda para a população, atentos às áreas vulneráveis do estado. Além disso, a SCPAR Invest SC buscará oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável, que promovam a inclusão social e econômica de todos os catarinenses.

Indústria, Inovação e Infraestrutura: A Invest SC está empenhada em promover o desenvolvimento da indústria, inovação e infraestrutura em Santa Catarina. Isso incluirá o desenvolvimento de projetos de infraestrutura sustentável, que melhorem a logística e mobilidade urbana no estado. Além disso, a empresa fomentará a inovação tecnológica e apoiará iniciativas que promovam o crescimento da indústria local, com foco na sustentabilidade e eficiência.

Ações Contra a Mudança Global do Clima: A empresa fomentará ações para combater a mudança global do clima em Santa Catarina. Isso envolverá o investimento em projetos que visam reduzir a emissão de gases de efeito estufa e promover a utilização de energias renováveis no estado. Além disso, a SCPAR Invest SC apoiará iniciativas de conservação ambiental e gestão sustentável dos recursos naturais, contribuindo assim para mitigar os efeitos das mudanças climáticas na região.

3. PRINCIPAIS ENTREGAS DO EXERCÍCIO 2024

3.1. Atividades de Gestão

3.1.1 Reestruturação Organizacional

A SCPAR, agora Invest SC, voltou seu foco para atividades de atração de investimentos, sejam investimentos diretos ou investimentos em infraestrutura, tendo realizado processo de reestruturação organizacional, com criação e reformulação de diretorias voltadas à operações: Diretoria de PPPs e Concessões e Diretoria de Atração de Investimentos (antiga Diretoria de Portos).

Durante este primeiro exercício de atividades, foi necessário restabelecer processos internos de gestão, desde a aquisição de computadores, considerando não só a insuficiência de quantidade de equipamentos, mas também a defasagem tecnológica, visto que a última aquisição já tinha mais de 4 (quatro) anos.

3.1.2 Gestão de Pessoas

Com a contratação de novos funcionários, foram proporcionadas oportunidades de capacitação, principalmente para atividades ligadas às parcerias público-privadas.

Como trilha de capacitação na área, foi sugerido a todos os servidores que realizassem o curso de PPPs elaborado pelo BID e disponibilizado gratuitamente.

Para os servidores que atuam na Diretoria de Parcerias e Concessões, foi oportunizado o curso da RADAR PPP, autorizado no país a prestar a certificação CP3P.

O programa de certificação profissional em Concessões e PPPs da APMG International (CP³P) é uma inovação do Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Islâmico de Desenvolvimento, Fundo Multilateral de Investimento e Banco Mundial, financeiramente apoiado pelo Public-Private Infrastructure Advisory Facility, que compartilham a visão de que o programa contribuirá para melhorar a eficiência e o desempenho de projetos de investimento privado em infraestrutura pública em todo o mundo.

Como o objetivo do APMG PPP Certification Program™ é formar uma base comum de conhecimento em PPPs e concessões entre os profissionais do setor em todo o mundo, a SCPAR orgulha-se por poder afirmar que 100% do seu corpo técnico atuando na Diretoria de Parcerias e Concessões é certificado como CP3P-F.

FIGURA 03 - Atividades de Gestão no exercício 2024



Fonte: Invest SC

3.1.3 Realização e Participação em Eventos e Missões nacionais e internacionais

Com a visibilidade alcançada pelos primeiros resultados após a reestruturação, a Invest SC recebeu inúmeros convites para apresentar seu case organizacional e para palestrar sobre os diferenciais competitivos de Santa Catarina em eventos de gestão, como a Expogestão, em Joinville, Summit Cidades, em Florianópolis, Febratex, em Blumenau, eventos de PPPs e eventos

setoriais ligados à infraestrutura em geral, ABDIB, GRI Club e Brazilian Regional Markets, em São Paulo e em Nova York, durante a Brazil Week 2024.

Em Santa Catarina, organizamos, juntamente com a Secretaria de Estado da Fazenda, a reunião temática de PPPs no âmbito do CONSAD - Conselho dos Secretários de Administração dos Estados. Também participamos da organização da reunião do COSUD realizada em Florianópolis, coordenando o Grupo de Trabalho que tratou das PPPs no setor da infraestrutura educacional - PPP de escolas.

A Invest SC também foi convidada a participar de missões acompanhando o senhor Governador do Estado e secretariado para apresentação do Estado, tais como missão a Dubai, SC Day no Chile, SC Day em São Paulo, apresentação ao representante da Arábia Saudita em São Paulo, missão da senhora Vice-Governadora ao Uruguai.

3.1.4 Protocolos de Cooperação

No ano de 2024, foram assinados 11 (onze) protocolos de cooperação. A assinatura de protocolos de cooperação com entidades nacionais e internacionais demonstra a relevância da Invest SC nas relações institucionais do Estado e governamentais das empresas e instituições privadas que nos procuram.

Foram assinados Acordos de Cooperação Técnica, Memorandos de Entendimento e Protocolos de Intenções com entidades como FONPLATA, FEPESE, FACISC, WAPPP, ABSOLAR, LIDE Santa Catarina, ABIVA, FIESC, SCGÁS, INVESTING SC, CÂMARA CHINESA DE COMÉRCIO.

3.1.5 Portal Invest SC Digital

Do Acordo de Cooperação Técnica firmado como FONPLATA, a Invest SC iniciou a construção do Portal Invest SC Digital, uma plataforma inovadora e pioneira no Brasil, posicionando Santa Catarina como referência em atração de investimentos. Financiado por recursos não reembolsáveis na ordem de US\$ 75 mil, o projeto tem objetivos estratégicos claros e impactantes. Para a execução do projeto, a Invest SC conta com apoio da FEPESE, Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina.

O portal integrará informações detalhadas sobre infraestrutura disponível, oportunidades de investimento e incentivos fiscais de Santa Catarina. Este recurso permitirá que investidores acessem, de forma centralizada, dados essenciais para suas decisões de negócio.

A plataforma destacará projetos de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltados para investidores nacionais e internacionais, com ênfase em setores estratégicos como energia, infraestrutura e

tecnologia. O objetivo é atrair capital estrangeiro e fomentar o desenvolvimento em áreas prioritárias para o estado.

O sistema trará funcionalidades para automatizar processos cruciais, como mapeamento de terrenos, zonas industriais, portos, rodovias, ferrovias, linhas de gás, energia e etc. Isso reduzirá a burocracia, informações descentralizadas e aumentará a eficiência na implantação de novos projetos, beneficiando tanto investidores quanto o estado.

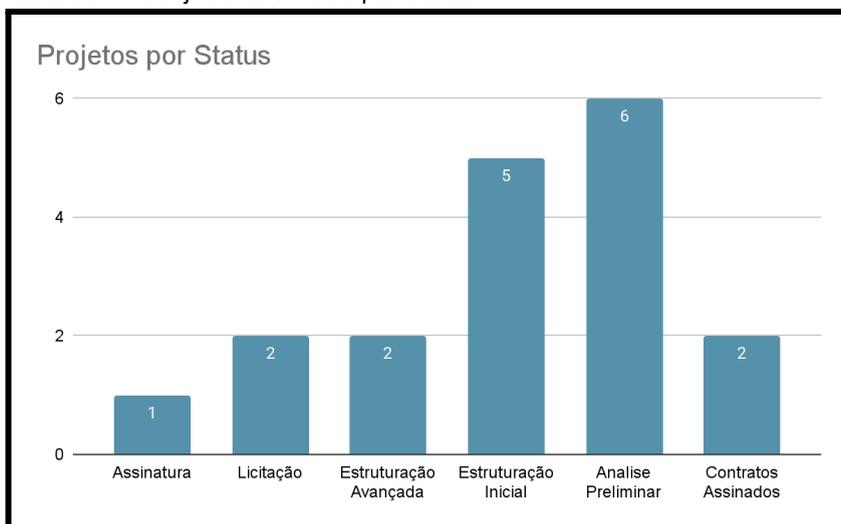
A plataforma será projetada para atender aos mais altos padrões globais de transparência e acessibilidade de informações, facilitando a comunicação entre investidores, empresas e governo. Com isso, Santa Catarina estará alinhada às práticas de hubs de investimento internacionais.

O cronograma iniciou em 12/2024, com primeira entrega de protótipo navegável estimada para 28/02/2025 e a entrega final da plataforma completa estimada para 28/06/2025.

3.2. PPPs e Concessões

A Invest SC, em 2024, consolidou-se como agente estratégico para o Programa de Parcerias e Investimentos do estado de Santa Catarina - PPI/SC, prestando o apoio técnico e operacional nas atividades de modelagem e estruturação, mas também nas etapas seguintes de controle externo, como apoio nas audiências e consultas públicas e nas rodadas de roadshow.

FIGURA 04 - Projetos do PPI/SC por Status



FONTE: Invest SC

O ano de 2024 marcou um capítulo histórico para as PPPs de Santa Catarina e para a região sul do Estado, com a PPP do Aeroporto de Jaguaruna.

A Invest SC liderou a implementação de um inovador projeto de Parceria Público-Privada (PPP), fruto de uma extensa reformulação do projeto, que culminou na primeira PPP licitada pelo Governo do Estado Catarinense em novembro.

A preparação para este marco envolveu uma série de roadshows e consultas ao mercado sobre o edital de licitação anterior, buscando aprimorar o processo e atrair investidores.

O resultado da licitação superou as expectativas, com um expressivo deságio de 80% no valor da contraprestação e aporte, e redução da tarifa.

Estas ações representam um passo significativo na modernização da infraestrutura aeroportuária de Santa Catarina, prometendo impactos positivos para o desenvolvimento regional e o setor de aviação no estado.

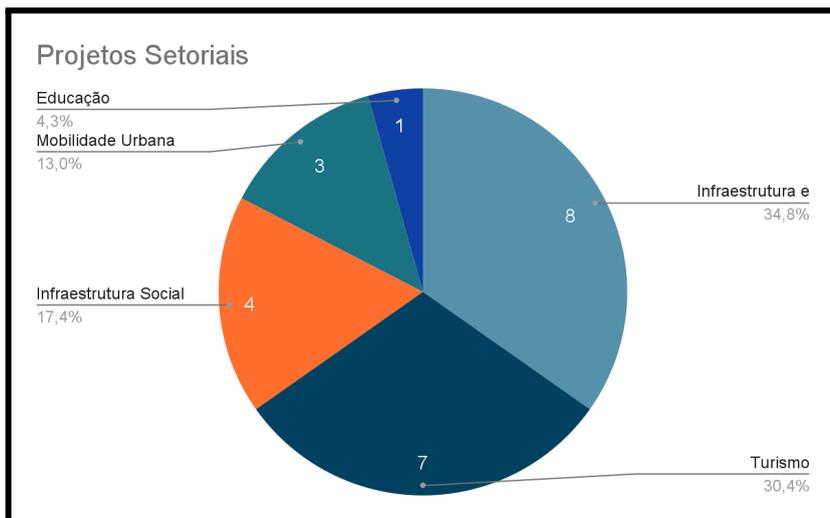
FIGURA 05 - Resultados de 2024



Fonte: Invest SC

No exercício de 2024 a carteira de projetos do PPI/SC contava com 16 projetos, com investimentos nos mais diversos setores, estimados na ordem de R\$ 3,1 bilhões, para cerca de R\$ 27 bilhões em contratos, após as respectivas licitações.

FIGURA 06 - Distribuição de Projetos por setores



Fonte: Invest SC

O ano de 2024 também foi marcado pela conclusão de dois importantes editais, a serem lançados no início de 2025.

Uma série de ações estratégicas vieram aprimorar o projeto do Complexo Prisional de Blumenau, com medidas implementadas para aumentar a atratividade do empreendimento.

Já no projeto do Complexo Turístico do Mirante da Serra do Rio do Rastro, foram realizados ajustes significativos no planejamento original, visando atender às expectativas da população da serra catarinense em relação ao empreendimento.

As modificações não foram implementadas de forma unilateral. Representantes do projeto conduziram uma série de diálogos com a associação de municípios da região. Essas conversas tiveram como objetivo validar as alterações propostas, garantindo que as mudanças estivessem alinhadas com os interesses locais.

Além disso, o projeto sofreu adaptações em resposta às recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Essas modificações visam assegurar a conformidade do complexo turístico com as normas e regulamentações vigentes, reforçando a transparência e a legalidade do empreendimento.

No exercício de 2024 também foram realizadas as atividades de planejamento, preparação e elaboração dos editais para chamamentos de estudos por meio de PMI - Procedimentos de Manifestação de Interesse para as concessões da ZPE - Zona de Processamento de Exportação de Imbituba e do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira.

O projeto da ZPE de Imbituba registrou progressos notáveis ao longo de 2024, marcando um ano de intensa atividade e desenvolvimento estratégico. Inicialmente, a equipe responsável conduziu estudos aprofundados sobre a legislação setorial específica, complementados por uma série de

benchmarks nacionais e internacionais. Essa fase inicial foi crucial para estabelecer uma base sólida para as ações subsequentes.

Um marco importante foi alcançado com a elaboração do edital e do termo de referência para o lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). O lançamento efetivo do PMI foi seguido por uma série de etapas meticulosas, incluindo a análise dos cadastros recebidos e a avaliação criteriosa dos estudos apresentados.

O processo culminou com a seleção do estudo vencedor, estabelecendo assim um roteiro claro para o futuro desenvolvimento da ZPE. Estas ações demonstram um ano de progresso substancial para a ZPE de Imbituba, pavimentando o caminho para futuras oportunidades de crescimento econômico e expansão das atividades de exportação na região.

O projeto do Centro de Eventos Luiz Henrique da Silveira, por sua vez, foi palco de uma série de ações estratégicas visando sua revitalização e otimização. O processo iniciou-se com visitas técnicas minuciosas às instalações, seguidas por um extenso benchmark de projetos similares em outras localidades.

Essas etapas preliminares foram cruciais para o desenvolvimento de um edital robusto e um termo de referência detalhado, que culminaram no lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). O PMI, instrumento que busca atrair a expertise do setor privado para projetos públicos, foi então aberto oficialmente.

Após o lançamento, a comissão responsável procedeu com a análise criteriosa dos cadastros recebidos. Na sequência, os estudos propostos foram minuciosamente examinados, levando à seleção do projeto mais promissor.

Este processo meticuloso demonstra o comprometimento das autoridades em modernizar e potencializar o uso do Centro de Eventos, buscando parcerias estratégicas para impulsionar seu desenvolvimento e relevância no cenário de eventos da região.

3.2.1 Projetos retomados

Em 2024, o projeto Novo Socioeducativo avançou significativamente devido às suas articulações institucionais. A equipe responsável conduziu uma série de negociações estratégicas com órgãos ministeriais do governo federal.

Entre os principais interlocutores estavam o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

Além disso, foram realizadas tratativas com a Caixa Econômica Federal e a Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa.

O foco dessas negociações foi o aprimoramento do convênio existente e a garantia de recursos para o financiamento das despesas de capital (CAPEX) do projeto. Essas ações visam assegurar a viabilidade financeira e a execução efetiva das iniciativas planejadas no âmbito do Novo Socioeducativo.

3.2.2 Novos Projetos

O Governo do Estado de Santa Catarina intensificou suas atividades para a modernização das Centrais de Abastecimento (CEASA-SC). A equipe responsável realizou uma série de visitas técnicas e estudos comparativos para aprimorar seu modelo de gestão.

Entre as principais ações, destaca-se a visita às novas instalações da Ceasa do Piauí e à Unidade de Abastecimento Metropolitano em Montevidéu, Uruguai. A iniciativa permitiu conhecer práticas inovadoras e modelos de gestão bem-sucedidos no setor de abastecimento, buscando referências para a modernização do empreendimento catarinense.

O projeto também avançou nas articulações institucionais, com reuniões de apresentação para stakeholders estratégicos. Na esfera administrativa, a equipe responsável concentrou esforços na elaboração do edital e termo de referência para o lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), instrumento que permitirá a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do projeto.

Mobilidade da Região Metropolitana de Florianópolis

O Sistema Integrado de Transporte Metropolitano e Transporte Aquaviário da Grande Florianópolis registram progressos significativos em 2024.

As equipes responsáveis retomaram as negociações com os órgãos competentes para realizar os ajustes necessários no projeto, visando sua continuidade.

Paralelamente, foi conduzida uma extensa pesquisa de benchmarking, analisando projetos similares tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Esta iniciativa busca incorporar as melhores práticas e soluções inovadoras ao sistema de transporte da região.

Estas ações demonstram o compromisso das autoridades em aprimorar a mobilidade urbana na Grande Florianópolis, alinhando o projeto às necessidades da população e às tendências globais de transporte público eficiente e sustentável.

Bioparque

O Governo do Estado de Santa Catarina intensificou as ações para revitalização do Bioparque Complexo Ambiental Cyro Gevaerd. A administração estadual conduziu uma série de estudos técnicos preliminares, incluindo vistorias in loco e análise comparativa de empreendimentos similares em território nacional.

Como parte do processo de estruturação do projeto, a equipe técnica dedicou-se à elaboração do edital e do termo de referência necessários para o lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

Paralelamente, foi produzido material audiovisual estratégico destinado à prospecção de potenciais investidores e parceiros no mercado. Estas iniciativas representam passos cruciais para a modernização do equipamento público, que é um dos principais atrativos turísticos e ambientais da região.

Hidrocaldas

Em uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento turístico da região, o Hotel Caldas Da Imperatriz foi alvo de uma série de ações estruturantes durante o ano de 2024.

A equipe técnica responsável conduziu uma visita técnica in loco das instalações do empreendimento, seguida por um extenso estudo comparativo com projetos similares em território nacional.

Como parte do processo de modernização, a administração avançou na elaboração de documentação técnica essencial, incluindo o edital completo e o termo de referência, documentos fundamentais para o lançamento do aguardado Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

Esta etapa representa um marco significativo para o futuro do empreendimento, abrindo caminho para potenciais investimentos e parcerias estratégicas no setor hoteleiro.

Kartódromo Sapiens

O projeto do Kartódromo Sapiens Parque ganhou impulso significativo no ano de 2024. A iniciativa contemplou uma série de ações estratégicas para viabilizar o empreendimento.

Servidores realizaram visitas técnicas no local destinado ao equipamento esportivo, avaliando aspectos estruturais e requisitos técnicos. Paralelamente, foi conduzido um extenso estudo comparativo com kartódromos de referência em território nacional.

O marco mais expressivo do período foi a elaboração da documentação técnica necessária para o lançamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Este instrumento permitirá que empresas do setor apresentem propostas e estudos para a implementação do projeto.

A iniciativa representa um passo importante para o desenvolvimento do setor automobilístico esportivo na região, prometendo criar um novo polo de entretenimento e competições na capital catarinense.

PPP de Infraestrutura Educacional

Em um avanço significativo para o setor educacional em 2024, a iniciativa de Parceria Público-Privada (PPP) da Educação, nas atividades não-educacionais, alcançou marcos importantes em seu desenvolvimento. A equipe realizou uma visita técnica in loco às instalações existentes.

Paralelamente, foi executado um extenso estudo comparativo, analisando casos de sucesso em PPPs educacionais, tanto no cenário nacional quanto internacional, visando identificar as melhores práticas do setor.

O projeto ganhou novos contornos com a reformulação de seu escopo, adaptando-se às demandas contemporâneas da Secretaria de Educação. O ponto alto das atividades foi a realização de um workshop estratégico na Secretaria de Educação, que proporcionou aos participantes um entendimento sobre o modelo de PPP aplicado ao contexto educacional.

Estas ações representam passos cruciais para a modernização da infraestrutura educacional e o aprimoramento da qualidade do ensino através de parcerias estratégicas entre os setores público e privado.

3.3. Atração de Investimentos

Através de um esforço contínuo e colaborativo, nossa equipe tem se dedicado a promover um ambiente propício para atração de investimentos no Estado de Santa Catarina para impulsionar o crescimento econômico. Durante esse período, buscamos estabelecer relações sólidas e produtivas com órgãos governamentais, empresas privadas, agências de desenvolvimento, câmaras de comércio e outros atores-chave, visando a construção de um ambiente de negócios favorável e competitivo.

Alguns temas cruciais que emergiram em nossas conversas foram políticas de incentivos fiscais, infraestrutura, capacitação de mão de obra, acesso a financiamentos e o desenvolvimento de clusters industriais estratégicos, desenvolvimento regional. Este relatório reflete nossa dedicação em fortalecer parcerias e buscar soluções que tornem nosso território ainda mais atrativo para investidores, gerando empregos, promovendo inovação e agregando valor à nossa economia.

No exercício de 2024, 20 (vinte) projetos foram confirmados em Santa Catarina, totalizando R\$ 9,3 bilhões em investimentos e 15.998 empregos diretos.

FIGURA 07 - Distribuição geográfica dos investimentos anunciados em 2024



Fonte: Invest SC

Em uma comparação com o ano anterior de 2023, em que as atividades de atração e atendimento a investidores ainda não eram realizadas na nova estrutura da SCPAR, foram alcançados R\$ 206 milhões em projetos anunciados, as cifras representam um aumento de 4.414% e 1.052 empregos diretos, o que representa um incremento de 1.420%.

A Carteira de projetos, em 31 de dezembro de 2024, totaliza investimentos potenciais na ordem de R\$ 61,9 bilhões e expectativa de geração de empregos na ordem de 24.248 novas vagas. É composta por 102 projetos em andamento, sendo 36 em fase de negociação, 38 em andamento e 28 em Aftercare:

TABELA 02 - Carteira em atendimento em 31/12/2024

Processo	Quantidade
Negociação	36
Em andamento	38
AfterCare	28
Total	102

Fonte: Invest SC / Diretoria de Atração de Investimentos

A carteira de projetos em atendimento é dividida entre investimentos estrangeiros diretos e investimentos domésticos praticamente na mesma proporção. Entre os estrangeiros, destaque absoluto para os investimentos de origem chinesa, como se depreende da figura abaixo:

FIGURA 08 - Carteira de Investimentos em 31/12/2024



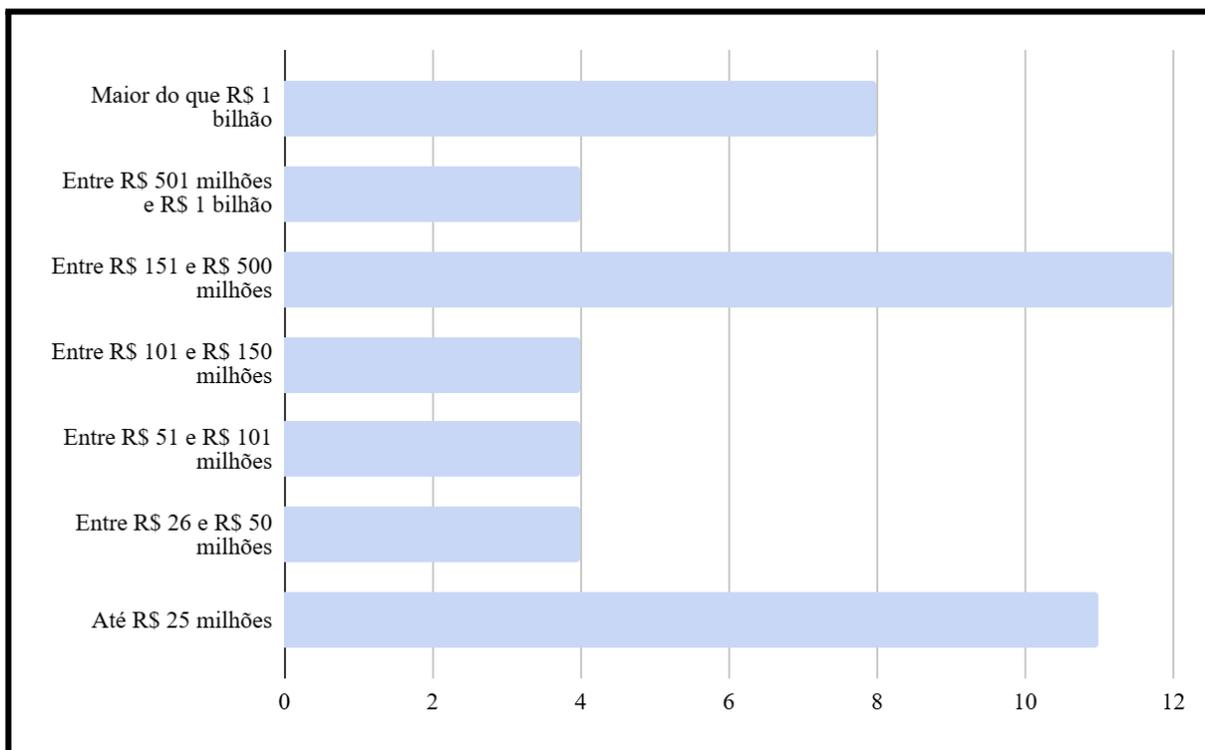
Fonte: Invest SC/ Diretoria de Atração de Investimentos

No ano de 2024 o time da Invest SC dedicou em média 1.017 horas a atividades de atração, promoção e negociação da vinda de novos investimentos.

Foram também dedicadas, em média, **82 horas** a projetos de facilitação, que incluem projetos em andamento e aftercare. Dentro dessas horas, **39 delas foram dedicadas ao projeto da NESTLÉ** por exemplo, que foi iniciado na gestão passada, porém está em fase de construção/finalização e agora testes, na cidade de Vargeão, extremo oeste do estado de Santa Catarina.

Abaixo é apresentada a distribuição da carteira de projetos por faixa de valor de investimento:

GRÁFICO 1 - Distribuição da Carteira de Investimentos por faixas de valores



Fonte: Invest SC/ Diretoria de Atração de Investimentos

A próxima tabela analisa a Carteira de Projetos por origem de capital, sendo apresentadas as origens do capital dos investimentos realizados e em andamento no estado de Santa Catarina. Os projetos assessorados pela Invest SC são oriundos de empresas nacionais e internacionais.

TABELA 03 - Origem dos investidores em atendimento

Origem	2024
Brasil	53
China	19
Itália	4
Índia	3
EUA	3
Coreia do Sul	3
Argentina	2
Bélgica	2
Dubai	2
Espanha	2
República Tcheca	2
França	2
Suíça	2
UK	2
Noruega	1
Suécia	1
Turquia	1
Total	102

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Atração de Investimentos

3.3.1 Atividades de Relações Internacionais

No ano de 2024, a Invest SC realizou um total de 102 atendimentos novos, por meio, principalmente, de reuniões com entidades como representações diplomáticas, câmaras de comércio, agências de promoção de investimentos, organizações internacionais e consultorias.

Durante o ano de 2024 foram dedicadas em média 50 horas em reuniões e atendimentos institucionais.

Um destaque em relações institucionais foi a assinatura do Protocolo de cooperação com o Fonplata para a realização da Plataforma Invest SC DIGITAL, no valor de US\$ 75 mil dólares, feito através de um projeto a fundo perdido;

3.3.2 Contratação do PELT - Plano Estadual de Logística de Transportes

Fator crucial para consolidação da posição de destaque como polo logístico, um dos principais diferenciais competitivos do Estado de Santa Catarina, a Logística de Transportes catarinense necessitava de um diagnóstico atualizado e um plano de desenvolvimento.

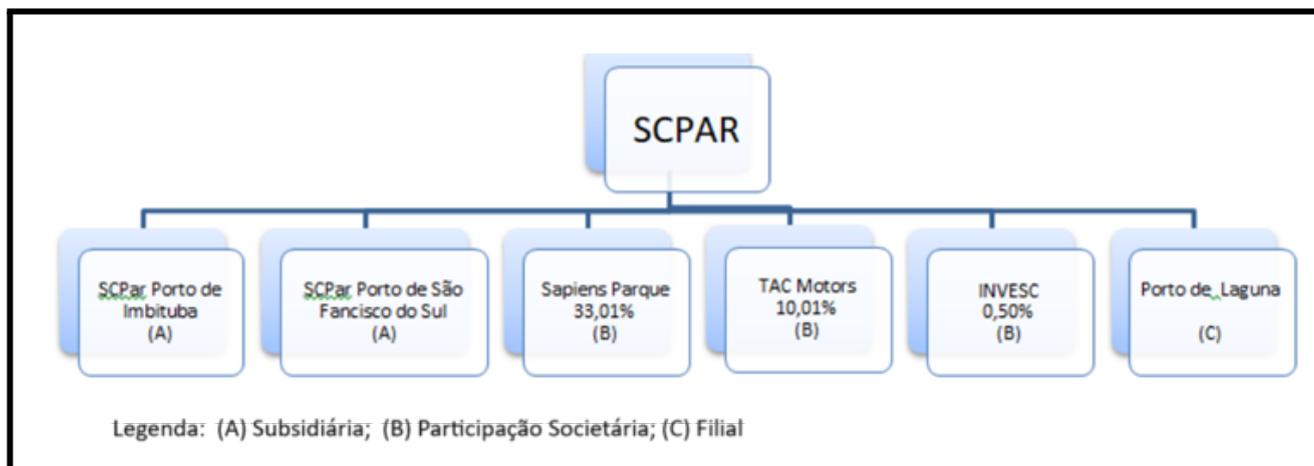
Para a Invest SC, trata-se de um ponto crítico relevante, tanto para as atividades de atração de novos investimentos estrangeiros, mas também para utilização nos projetos de PPPs e concessões que envolvam mobilidade e logística, como a ZPE - Zona de Processamento de Exportação de Imbituba, o projeto de Transporte Regional Integrado das regiões metropolitanas, projetos de transporte aquaviário de passageiros e os potenciais novos projetos da VIAMAR, rodovia paralela que conectará Joinville à grande Florianópolis, e o túnel imerso que conectará Itajaí-Navegantes.

Desta feita, a Invest SC contratou, junto à INFRA S.A., a elaboração do Plano Estadual de Logística de Transportes, para propor um planejamento logístico para Santa Catarina para os próximos 25 anos, até 2050. A metodologia do estudo apresentada na FIESC, por meio de workshop. Entre os objetivos do PELT estão fazer avaliações atuais e futuras dos modais de transporte, planejar ações e intervenções para transformar a situação atual na situação desejada.

4. EMPRESAS DO GRUPO

A SCPAR, no cumprimento de seus objetivos, investiu ao longo do tempo em participações acionárias, integrando o capital de empresas públicas e privadas, bem como criou uma filial e constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na figura 09.

FIGURA 09 - Empresas do grupo SCPAR



Fonte: Invest SC / Diretoria Administrativa e Financeira

A atuação da Invest SC neste eixo reflete a posição de uma empresa que possui atividade econômica própria mas que ao mesmo tempo exerce a função de holding de outras companhias.

Para tanto, a Invest SC visa atuar com princípio da transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a Holding e suas subsidiárias Porto de São Francisco do Sul e Porto de Imbituba, propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias, para assim garantir a operação contínua, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado.

A transversalidade tem como estratégia conceitual e operacional a incorporação de visões multifacetadas dos problemas para abarcar as novas perspectivas e propor soluções. O foco desse modelo de gestão é possibilitar maior interação entre as equipes, com a proposta de processos e planos de trabalho que permitam mais flexibilidade entre as empresas e maior otimização da força de trabalho disponível, sempre primando pela autonomia das suas subsidiárias.

Por outro lado, como Holding, sua principal função não se limita a possuir e controlar participações acionárias em outras empresas, mas pode, ainda:

- a) atuar na formulação de estratégias de longo prazo para o grupo, estabelecendo diretrizes de atuação para todas as empresas controladas, a fim de alcançar objetivos comuns ou sinergias;
- b) implementar práticas de governança corporativa, garantindo que as subsidiárias sigam padrões éticos e regulatórios, além de promover a transparência e a prestação de contas;
- c) centralizar parte da gestão financeira do grupo, incluindo a captação de recursos, distribuição de dividendos e alocação de capital para investimentos e expansões nas empresas controladas;
- d) atuar na gestão de riscos do grupo como um todo, assegurando que as subsidiárias estejam

preparadas para enfrentar desafios, sejam eles econômicos, legais ou operacionais;

e) buscar sinergias entre as controladas, promovendo a colaboração e a otimização de recursos (como fornecedores, infraestrutura e serviços) para reduzir custos e aumentar a eficiência;

f) efetuar supervisão financeira das subsidiárias, garantindo a saúde financeira de todo o grupo, acompanhando balanços, fluxo de caixa e relatórios financeiros;

g) prestar orientação e suporte jurídico às controladas, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis;

h) proteger e promover a reputação e o valor da marca do grupo, garantindo que todas as controladas sigam padrões que mantenham ou melhorem a imagem corporativa.

Essas funções variam de acordo com o tipo de holding (pura ou mista) e o grau de controle que ela exerce sobre as empresas controladas.

A atuação da Invest SC no antigo eixo de “Arrendamentos e Concessões Portuárias”, que figurou até o Plano Estratégico 2024, diluiu-se nas atividades com ênfase na atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento das áreas disponíveis e serviços nos portos delegados ao Estado, apoiando o desenvolvimento de projetos para tal e buscando a melhoria das operações e otimização das áreas não afetadas às operações. Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

Ressalta-se ainda que na administração da atividade portuária do Porto de Laguna, o objetivo é a extinção da filial com sua consequente incorporação à espera de competência da SCPAR Porto de Imbituba, que possui maior capacidade operacional, de forma que a gestão entre as duas unidades gerará sinergia e gerará economia para a Holding e melhores resultados.

4.1. Subsidiárias Integrais

4.1.1. SCPAR Porto de Imbituba S.A.

A SCPAR Porto de Imbituba S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.315.067/0001-18, localizada na Avenida Presidente Vargas, área portuária de Imbituba, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE. A empresa foi criada pela SCPAR para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01 de 26 de novembro de 2012 e respectivos aditivos, que entre si celebraram a União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e o Estado de Santa Catarina, pelo qual foi delegado ao Estado a administração e exploração do Porto

Organizado de Imbituba por um prazo provisório de até 2 anos. Em 18 de setembro de 2014, o prazo de vigência do convênio foi estendido por mais 23 anos, sendo passível de prorrogação por mais 25 anos.

Lucro Líquido do Porto de Imbituba

Em 2024, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. apresentou um lucro líquido de 32,1 milhões, inferior ao ano de 2023, que havia sido de 37,8 milhões.

4.1.2. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 29.307.982/0001-40, Inscrição Municipal nº 11.662, localizada na Avenida Engenheiro Leite Ribeiro nº 782, na cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída, em 21 de dezembro de 2017, pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR.

A Companhia tem como objeto social a administração e exploração do Porto Organizado de São Francisco do Sul e de suas instalações portuárias, tendo sido constituída para atendimento ao disposto no Convênio de Delegação 01/2011, de 01 de Abril de 2011, com a obrigatoriedade de criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) em seu 6º Termo Aditivo, no qual se prorrogou a vigência do referido convênio até 31 de março de 2036, podendo, ainda, ser prorrogado por interesse dos partícipes. A Companhia é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável às sociedades anônimas e Lei Federal nº 13.303/2016.

Lucro Líquido do Porto de São Francisco do Sul:

No exercício 2024, a SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. apresentou um lucro líquido de 26,4 milhões, inferior ao de 2023, que havia sido de 29,7 milhões.

4.2. Participações Acionárias

4.2.1. Sapiens Parque S.A.

A Sapiens Parque S.A., estruturada como Sociedade de Propósito Específico – SPE, inscrita no CNPJ sob nº 05.563.053/0001-70, localizada na Avenida Luiz Boiteux Piazza, 1302, Canasvieiras, Florianópolis/SC, é controlada pela SCPAR e pelo Estado de Santa Catarina, com a participação da Fundação Certi. A SCPAR é detentora de 31,53% do Capital Social do Sapiens Parque, que objetiva criar um ambiente de inovação e tecnologia, à medida em que promove o desenvolvimento econômico, social, ambiental, tecnológico e urbano com sustentabilidade.

Lucro Líquido Sapiens Parque

Em 2024, o Sapiens Parque apresentou um lucro líquido de R\$55,6 milhões, superior ao ano de 2023, que havia sido de R\$ 6,9 milhões.

4.2.2. Outras participações

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$ 6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$ 2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$ 0,4 milhão. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$ 9,1 milhões e foram interpostas ações judiciais contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

A SCPAR também é detentora de 0,50% (R\$ 0,3 milhão) do capital social da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC, sendo o Estado de Santa Catarina o acionista majoritário.

4.3. Filial Porto de Laguna

Em 16/10/2019 a SCPAR assumiu a gestão do Porto de Laguna pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, na condição de interveniente do delegatário, conforme extrato do Convênio de Delegação n.º 02/2019, assinado em 19/09/2019 e publicado no Diário Oficial da União, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração daquele ativo.

O porto, há 55 anos, dedica-se exclusivamente à atividade pesqueira (Dec. Lei n.º 525/69).

Situado em uma posição estratégica para o setor, fica próximo a áreas que concentram grandes cardumes e, conseqüentemente, maciça atividade pesqueira em um mesmo local, com condições de abastecimento de insumos para desenvolvimento da pesca.

O Terminal Pesqueiro possui um cais linear de 300 metros de comprimento, três salões de descarregamento de pescado, uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 110 toneladas/dia e armazenamento de 240 toneladas distribuídas em dois silos e conta ainda com um posto de abastecimento de diesel marítimo com capacidade de armazenamento de 45.000 litros.

O Porto de Laguna tem aproximadamente 40 hectares de retroárea destinada à expansão das infraestruturas portuárias.

A profundidade nos berços de atracação e bacia de evolução é atualmente de 5 metros.

No quesito ambiental o Porto de Laguna vem executando o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, o Plano de Controle Ambiental – PCA e, por fim, a operação da Estação de Tratamento de Efluente hidro sanitário e industrial, que era uma das condicionantes para obtenção da Licença Ambiental de Operação – LAO, imposta pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA.

Com relação à regulamentação Portuária, em 2024, foi encaminhado o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ para a Secretaria Nacional de Porto - SNP e Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ para avaliação. No mesmo ano, entrou em vigor o novo plano tarifário do Porto de Laguna, houve o lançamento do Plano Mestre do Complexo Portuário de Imbituba e Laguna e aprovação por parte da Diretoria Executiva da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR do regulamento interno para autorização temporária de uso de áreas e instalações não afetadas às operações portuárias do Porto de Laguna, visando à realização de eventos de curta duração, pelo prazo máximo de noventa dias, nos termos da portaria MINFRA n.º 51/2021.

4.3.1 Desempenho operacional

No final de 2019, a SCPAR iniciou um processo de adequações, melhorias e reformas no Porto de Laguna, que estava operando de maneira precária sob a administração anterior. As operações de desembarque de pescados foram registradas nos meses de novembro e dezembro, somando nesses meses 484,163 toneladas desembarcadas em 53 operações, totalizando R\$

83.230,82(oitenta e três mil, duzentos e trinta reais e oitenta e dois centavos) valor faturado nos primeiros meses após a SC Participações e Parcerias S.A. assumir o Porto de Laguna.

O ano de 2020 foi um período de grandes desafios, devido à situação em que o Porto se encontrava, somada às obrigações do convênio de delegação e as dificuldades no processo de transição. Entretanto, os investimentos realizados em conjunto com os esforços comerciais resultaram em um incremento substancial nas operações, que nesse primeiro ano de administração atingiu a marca de 6.359,177 toneladas de pescado movimentadas, oriundas de 330 operações de desembarque de pescado, apresentando R\$ 877.442,57 (oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) de faturamento. Nesse período, as atracções foram responsáveis por R\$ 20.611,54 (vinte mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e quatro centavos). As cessões de uso das áreas não operacionais resultaram em um total de R\$ 377.293,19 (trezentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais e dezenove centavos). Portanto, em 2020 houve um faturamento de R\$1.275.347,30 (Um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta centavos) .

No ano de 2021, sob os efeitos da pandemia, foram descarregadas 4.661,799 toneladas de pescados, em 322 operações no Terminal Pesqueiro do Porto de Laguna. Isso representa uma queda de 36,4% do volume, se comparado ao ano anterior. Porém, o número de embarcações atendidas foi de menos 2,4%, o que pode indicar que as embarcações atracaram com menor quantidade de pescado nos porões, ou seja, o estoque pesqueiro estava disperso e/ou afastado. O faturamento do desembarque de pescado apresentou receita de R\$ 640.040,82 (seiscentos e quarenta mil, quarenta reais e oitenta e dois centavos) e de atracção R\$ 60.956,07 (sessenta mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sete centavos). As cessões de uso das áreas não operacionais resultaram em um total de R\$ 484.800,00 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitocentos reais).

Em 2021 o Porto de Laguna faturou um total de R\$ 1.185.796,90 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, setecentos e noventa e seis reais e noventa centavos).

Em 2022, foram descarregadas 4.147,799 toneladas de pescados no Porto de Laguna, num total de 200 embarcações atendidas, correspondendo à R\$ 583.468,62 (quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos). Mesmo obtendo a diferença de 122 operações, ou seja, 61% a menos de barcos, o volume movimentado de carga em relação ao ano anterior diminuiu apenas 6%, levando a crer que as embarcações atracaram com mais pescados nos porões. A queda do número das descargas, no ano de 2022, ocorreu devido à greve dos pescadores nos primeiros 15 dias do mês de março, após a abertura da safra da sardinha. Ressalta-se que a safra da sardinha é fundamental para o terminal pesqueiro, tendo em vista que representa aproximadamente 50% do volume anual de desembarque, em relação à atracção o faturamento foi de R\$ 49.629,09 (quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e nove centavos). As cessões de uso das áreas não operacionais resultaram em um total de R\$ 396.054,07 (trezentos e noventa e seis mil, cinquenta e quatro reais e sete centavos). No ano de 2022 o faturamento foi de R\$ 1.029.151,78 (um milhão, vinte e nove mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos).

Em 2024, foram desembarcadas 6.785,142 toneladas de pescado, distribuídas em 413 operações. O desembarque de pescados foi responsável pelo faturamento de R\$ 718.492,13 (setecentos e dezoito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e treze centavos). Já a atracação culminou em um resultado de R\$ 70.963,78 (setenta mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos). Nesse ano também houve greve dos pescadores de sardinha, embora, na segunda quinzena do mês de março, as perdas não tenham sido sentidas devido ao maior volume pescado ter acontecido no mês de maio de 2024.

Outras receitas nesse período foram: R\$ 467.335,69 (quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), referentes às cessões de usos onerosas de áreas não operacionais do Porto de Laguna, Fábrica de Gelo e Posto de combustível Náutico e R\$ 101.640,00 (cento e um mil, seiscentos e quarenta reais) relativos às autorizações temporárias de uso de áreas não operacional do Porto de Laguna.

Assim, em 2024, a SCPAR Porto de Laguna faturou um total de R\$ 1.358.431,60 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

O ano de 2024 registrou o maior volume de movimentações na história do Porto de Laguna, administrado pela SCPAR. Foram desembarcadas 11.974,793 toneladas de pescado, provenientes de 454 operações portuárias.

Faturamento Operacional

- Desembarque de pescado: R\$ 1.449.618,01 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e dezoito reais e um centavo)
- Atracação de embarcações: R\$ 123.135,18 (cento e vinte e três mil, cento e trinta e cinco reais e dezoito centavos)
- Total (desembarque + atracação): R\$ 1.572.753,19 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos)

Vale destacar que os resultados poderiam ter sido superiores, caso não houvesse problemas de assoreamento no canal de acesso ao Terminal Pesqueiro, o que impediu a atracação de algumas embarcações devido ao calado insuficiente.

Receitas Adicionais

Além das operações portuárias, o porto gerou receitas provenientes de contratos de arrendamentos, totalizando R\$ 381.890,00 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa reais), distribuídos da seguinte forma:

- Contratos fixos (Fábrica de Gelo e Posto de Combustível Náutico): R\$ 301.260,00 (trezentos e um mil, duzentos e sessenta reais)
- Arrendamentos para eventos: R\$ 80.630,00 (oitenta mil, seiscentos e trinta reais)

Faturamento Total em 2024

Somando todas as receitas (movimentação portuária + arrendamentos), o Porto de Laguna alcançou um faturamento anual de R\$ 1.954.643,19 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e dezenove centavos), consolidando-se como um importante polo de atividade pesqueira e logística na região.

Observação: A superação dos desafios estruturais, como o desassoreamento do canal, pode potencializar ainda mais os resultados futuros.

4.3.2 Lucro líquido

As atividades de fornecimento de água para as embarcações, arrendamento da Fábrica de gelo e do Posto de Gasolina, as taxas de atracação, os alugueis da retroárea, somados à atividade de descarga, fizeram com que o Porto auferisse uma receita de R\$ 1,95 milhões. No entanto, os gastos operacionais atingiram o montante de R\$ 4,97 milhões, fazendo com que o Porto de Laguna incorresse num prejuízo de R\$ 3,02 milhões no ano de 2024.

5. ASPECTOS ECONÔMICOS

A SCPAR se destacou como suporte técnico especializado na gestão do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Um dos destaques foi o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estiveram em desenvolvimento e geraram economia aos cofres públicos.

O portfólio deste programa havia realizado duas concessões até 2024, como o do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, com outorga de mais de R\$ 10 milhões para o tesouro Estadual e o Terminal Rodoviário Rita Maria, com outorga inicial na casa de R\$ 1,3 milhão, e, ainda, gerou um faturamento, pelo apoio técnico realizado pela SCPAR na estruturação dos projetos, na ordem de R\$ 1,5 milhão.

No exercício de 2024, o primeiro com a nova estrutura administrativa da companhia, a Invest SC teve papel determinante para o sucesso do projeto de Parceria Público-Privada do aeroporto de Jaguaruna, no sul do estado. Após o leilão do projeto original ter dado deserto, a reestruturação da modelagem readequou o projeto, tendo sido determinante a atuação e integração das áreas de negócios da empresa: a readequação da modelagem, pela equipe da Diretoria de Concessões e

Parcerias e consultores contratados por meio de PMI, e a ampla divulgação em diversas etapas de roadshow realizadas em conjunto pela equipe de atração de investimentos da empresa e da Secretaria de Estado da Fazenda.

Finalmente, em 28 de novembro de 2024, o governador do estado de Santa Catarina Jorginho Mello “bateu o martelo” na sede da B3, a bolsa de valores de São Paulo, após o lance vencedor oferecer 80% de deságio sobre o valor do aporte estatal e das contraprestações mensais, culminando no sucesso da primeira PPP do estado de Santa Catarina.

Com este cenário consolidado e com as projeções de novos serviços e receitas, a Invest SC soma ao atual portfólio de projetos, já com expectativa concreta de receita, uma gama considerável de possibilidades de serviços, novos contratos e projeção de receitas.

Estima-se que, com a projeção de receita a seguir demonstrada, a Invest SC possa vir a alcançar resultados superavitários ainda dentro do ciclo abrangido por este Plano Estratégico de Longo Prazo, podendo estas previsões serem encurtadas caso haja integralização de capital no período para formação de fluxo de caixa suficiente para alavancar as atividades de prestação de serviços que demandem investimentos prévios consultorias específicas, já que o tempo de maturação, faturamento e recebimento de projetos de PPP e concessões são longos.

No exercício de 2024 a SCPAR apresentou um lucro de R\$ 23,02 milhões, ante um resultado positivo de R\$ 23,7 milhões em 2024. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque e dividendos dos Portos.

6. ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

6.1. Conselho da Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa, sendo a representação da companhia privativa dos Diretores. Reúne-se ordinariamente a cada bimestre, e extraordinariamente sempre que necessário. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros, sendo: 8 (oito) indicados pelo Governador do Estado, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, e 1 (um) representante dos empregados do quadro permanente da empresa, eleito por estes.

TABELA 03 - Membros do Conselho de Administração

Membros	Início	Término
Marcelo Werner Salles	01/01/2024	31/12/2024
Mário Povia	01/01/2024	31/12/2024
Gisele de Faria	01/01/2024	30/09/2024
Freibergue Rubem do Nascimento	15/03/2024	30/09/2024
Sydney Hercílio da Rosa Filho	01/01/2024	30/09/2024
Rodrigo Mattos Moro	01/01/2024	31/05/2024
Gean Carlos Fermino	01/01/2024	15/01/2024
Luciane Corezzolla Decarli	01/01/2024	31/05/2024
Marcelo Mendes	01/01/2024	30/04/2024
Sydney Hercílio da Rosa Filho	01/01/2024	30/09/2024
Renato Dias Marques de Lacerda	02/01/2024	31/12/2024
Michele Alves Correa Rebelo	03/06/2024	30/09/2024
Marcelo Sampaio Nogueira	03/06/2024	30/09/2024
José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto	03/06/2024	30/09/2024
Rogéria Pereira Machado	13/12/2024	31/12/2024
Carlos Eduardo Pereira de Bona Portão	13/12/2024	31/12/2024
Aramis Cabeda Faria	13/12/2024	31/12/2024
Guilherme Pereira Oliveira	01/10/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

O Sr. Marcelo Werner Salles permaneceu como presidente do Conselho de Administração, no período de 01/01/2024 até 31/12/2024. No dia 13/12/2024 o Conselho de Administração elegeu como Vice-presidente o Sr. Guilherme Pereira Oliveira.

6.2. Conselho Fiscal

Órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, devendo contar com pelo menos 1 (um) membro indicado pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Suas reuniões acontecem ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

TABELA 04 - Membros do Conselho Fiscal

Membros		
TITULARES		
Júlio Cesar Bernardi Cogo	01/01/2024	30/09/2024
Rogéria Pereira Machado	01/01/2024	30/09/2024
Sérgio Tadeu Macagnan	01/01/2024	31/12/2024
Michele Alves Correa Rebelo	13/12/2024	31/12/2024
Marcelo Sampaio Nogueira	13/12/2024	31/12/2024
SUPLENTES		
Sérgio Augusto Michalczuk	01/01/2024	31/12/2024
Fábio Zobot Holthausen	01/01/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

6.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É composta pelo Diretor-Presidente e até mais quatro diretores, indicados pelo Governador do Estado, além de mais um Diretor indicado pelos empregados de carreira da companhia, sendo todos eleitos pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado com os membros do Conselho de Administração e terá duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria Executiva terá poderes e as atribuições conferidos pelo Estatuto e pela lei para assegurar o funcionamento regular da empresa, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social e não forem de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, ou ainda deles não exigirem prévia manifestação.

TABELA 05 - Membros da Diretoria Executiva

Membros		
Renato Dias Marques de Lacerda	02/01/2024	31/12/2024
Gerson Luiz Schwerdt	01/01/2024	31/12/2024
Jeferson Machado	01/01/2024	30/09/2024
Eduardo Antônio Sausen	01/01/2024	03/07/2024
Rodrigo Meyer Prisco Paraiso	05/02/2024	31/12/2024
Maurício Euclides de Melo	18/06/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

6.4. Comitê de Elegibilidade

Órgão colegiado, independente, de caráter permanente, opinativo, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação de membros para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros. Constituído por 03 (três) a 5 (cinco) membros titulares, e respectivos suplentes, escolhidos pela Assembleia Geral, com reputação ilibada, devendo sua composição, preferencialmente, comportar as seguintes indicações: 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de pessoas; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão de riscos ou compliance; 1 (um) membro titular e suplente da área de gestão estratégica ou de auditoria interna; 1 (um) membro titular e suplente da área do departamento jurídico; 1 (um) membro titular e suplente do Conselho de Administração.

TABELA 06 - Membros do Comitê de Admissibilidade

Membros Titulares		
Nathan Northon Neumann	01/01/2024	31/12/2024
Nilo Sérgio Silvy	01/01/2024	30/09/2024
Ludimar Silverio Ribeiro Júnior	01/01/2024	31/12/2024
Guilherme Pereira Oliveira	01/10/2024	31/12/2024
SUPLENTES		
Nathalia da Silva Zimermann	01/01/2024	31/12/2024
Deise Gonçalves Martins	01/01/2024	31/12/2024
Deise Cristina Lopes	01/01/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

6.5. Comitê de Auditoria Estatutária- CAE Conglomerado

O CAE Conglomerado se encontra vinculado ao Conselho de Administração da *Holding*, ao qual se reporta no exercício de suas funções, sendo responsável pela supervisão, avaliação e monitoramento das áreas de auditoria internas, controles internos, gestão de riscos e *compliance* da *Holding* e das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes. Dois membros serão vinculados aos Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais SCPAR Porto de Imbituba S.A. e SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e por elas remunerados. O mandato dos membros do CAE será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, e a sua posse se dará com a assinatura do termo de posse.

TABELA 07 - Membros do Comitê de Auditoria Estatutária

Membros Titulares		
Roberto de Farias Rosa	01/01/2024	31/12/2024
Victor Hugo Silva Forte	01/01/2024	05/04/2024
Amanda Gorges Bechtold	02/05/2024	31/12/2024
Gabriel Colombo Moro	01/01/2024	31/12/2024
André Munzlinger (Porto de Imbituba)	01/01/2024	31/12/2024
Cintia de Castro Cardoso (Porto de São Francisco do Sul)	01/01/2024	31/12/2024

Fonte: Invest SC/ Diretoria de Administração e Finanças

7. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Em 2024, a remuneração global dos membros dos órgãos estatutários manteve-se dentro do limite global de R\$ 2,3 milhões, montante compreendido pelos membros do Conselho Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE como aderente à regra disposta no art.152 da Lei Federal nº 6.404/76.

Destaca-se que a remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da remuneração/honorários de um Diretor da empresa, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação de qualquer espécie nos lucros da empresa. A remuneração dos membros do CAE é a mesma dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Comitê de Elegibilidade não são remunerados.

8. CONTROLE INTERNO

As atividades de Controle Interno da SCPAR em 2024 foram conduzidas pelo empregado público de carreira Geancarlo Stein, nomeado pela Portaria nº 003, em 26/04/2021.

A SCPAR S.A., como sociedade de economia mista vinculada ao Estado de Santa Catarina, tem o dever legal e institucional de manter estrutura formalizada de controle interno, em alinhamento com os princípios da governança corporativa, transparência e integridade na gestão pública.

A Lei Federal nº 13.303/2016 estabelece, em seus artigos 6º e 9º, a obrigatoriedade de adoção de práticas de gestão de riscos e controle interno pelas estatais. A SCPAR cumpre essa exigência com base em seu Estatuto Social (art. 39), que atribui ao Conselho de Administração a responsabilidade de supervisionar os sistemas de controle e mitigação de riscos, inclusive os relacionados à integridade contábil e prevenção de fraudes.

No âmbito estadual, o artigo 62 da Constituição de Santa Catarina exige a manutenção de um sistema de controle interno integrado, voltado à legalidade dos atos e à avaliação de resultados, com apoio ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas.

A SCPAR integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, coordenado pela Controladoria-Geral do Estado (CGE/SC), órgão central responsável por orientar tecnicamente os controles setoriais. Essa relação assegura padronização e efetividade na prevenção de riscos e na conformidade com normas administrativas e financeiras.

Baseado nos pilares da legalidade, prevenção e integridade, o Controle Interno da SCPAR é diretamente vinculado à alta administração e atua de forma contínua no monitoramento e na avaliação dos processos, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais e para a boa governança corporativa.

Listadas abaixo no quadro resumo algumas das *recomendações* expedidas pelo Controle Interno, a partir da análise de procedimentos, trocas de experiências com donos de processos e casos práticos observados.

TABELA 08 - Membros do Conselho de Administração

Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável	Síntese da Providência	Resultados Obtidos
Acompanhamento do Programa de Integridade e <i>Compliance</i> 2024. Foco Código de Ética.	Levado à pauta do Comitê de Ética e Integridade a necessidade da atualização.	Comitê de Ética e Integridade	Atualização do Código de Ética da SCPAR/Invest SC (Holding).	Código elaborado. Em análise para aprovação pela Diretoria e CONSAD.
Encaminhamento de folha de pessoal ao TCE-SC	Solicitado ao setor de Rh o envio	RH e Controle Interno	Monitorado em parceria com RH o desenvolvimento do sistema pelo CIASC.	Sistema em fase de testes. TCE-SC informado sobre o status.
Recomendação para juntada da publicação do Edital de Licitação ao respectivo processo SGP-e.	Solicitado aos membros da CPL.	CPL	Encaminhada solicitação via e-mail e orientado sobre o procedimento	Adotado

(continua)

Descrição da Recomendação	Providências Adotadas	Setor Responsável	Síntese da Providência	Resultados Obtidos
Rotina de informação mensal sobre quadro de pessoal.	Encaminhada solicitação	ZPE Imbituba	Criação de rotina para atender demanda do TCE-SC	Providência atendida
Treinamento em Conduta e Integridade	Aplicação de questionário de treinamento aos colaboradores com temas do Código de Conduta e Integridade.	C.I. e Comitê de Conduta e Integridade.	Elaboração e aplicação de questionário (quiz).	Realizado
Desentranhamento de peças no SGP-e.	Orientação de Controle Interno referentes à desentranhamento de peças no SGP-e.	Todos	Elaboração da Portaria e Orientação de Controle Interno referentes à desentranhamento de peças no SGP-e.	Aprovada a normativa pela Diretoria e implementada.
Orientação sobre a necessidade de licitante apresentar CNDT e CND Municipal.	Solicitado esclarecimento ao TCE-SC	Controle Interno, Compras, CPL	Encaminhada orientação para Coord. Adm.	Realizado
Regimento Interno para nortear Comissão de Sindicância	Solicitado ao Comitê de Conduta e Integridade estudos.	Comitê de Conduta e Integridade	Estudos sobre Regimento Interno.	Realizado
Observação das normativas e procedimentos.	Encaminhado comunicação a todos os setores, via e-mail.	Todos os setores	Regras e orientações para boa condução de procedimentos via pasta <i>NORMATIVAS DE PROCEDIMENTOS SCPAR</i> .	Realizado
Adoção pela CPL de check list cronológico de anexação de documentos no sgp-e.	Encaminhado via e-mail	CPL	Maior transparência pela organização lógico-temporal dos eventos.	Em implementação.
Anexação dos contratos decorrentes de Licitação tanto no processo sgp-e de licitação quanto no sgp-e de execução.	Encaminhado via e-mail	CPL	Maior transparência em eventuais consultas.	Em implementação.

9. AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, art. 7º, “aplicam-se a todas as empresas públicas, as sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão”.

A SCPAR utilizou os serviços de Auditoria Independente da empresa Bazzaneze Auditores Independentes, contratada mediante processo licitatório em 2024, para o acompanhamento trimestral e emissão do relatório de auditoria, relacionado aos exames das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024.

10. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E DIVIDENDOS RECEBIDOS –

Até a presente data a SCPAR Holding não recebeu das subsidiárias, SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A e da SCPAR Porto de Imbituba S.A., os dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido dos exercícios de 2019 a 2023, conforme previsto na Lei Federal no 6.404/76, no montante de R\$ 50,9 milhões.

Exercício	Dividendos a Receber	
	Porto de Imbituba	Porto de São Francisco do Sul
2019		979.006,81
2020	2.595.346,90	524.621,79
2021	3.220.564,50	0,00
2022	25.767.768,98	1.488.279,30
2023	7.441.021,35	8.981.517,37
Subtotais	39.024.701,73	11.973.425,27
Total	50.998.127,00	

Já em relação ao resultado da empresa no corrente exercício, que foi apurado o Lucro Líquido de R\$ 23.025.716,17 (vinte e três milhões, vinte cinco mil e setecentos e dezesseis reais e dezessete centavos), os dividendos mínimos obrigatórios a distribuir para os acionistas importam em R\$ 4.451.411,23 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e onze reais e vinte e três centavos).

Conforme definido pela legislação, estão reconhecidos como passivo no Balanço da Invest SC.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Gestão Orçamentária

No exercício de 2024 foram efetuados investimentos na SCPAR no montante de R\$ 225.966,04 (duzentos e vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e seis reais e quatro centavos), sendo R\$ 27.298,80 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) investimentos efetuados na Filial da SCPAR em Laguna – Porto de Laguna e R\$ 198.667,24 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) na Matriz.

11.2. Convênios

O Ministério de Portos e Aeroportos autorizou a SCPAR a investir parte dos dividendos recebidos da subsidiária SCPAR Porto de Imbituba em obras de melhorias do Acesso Sul do município de Imbituba, trecho que liga a BR-101 ao Porto, pelo bairro Vila Nova.

O investimento representa um aporte de R\$16,8 milhões e será repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da SCPAR holding, para a prefeitura realizar a obra.

O empenho para a liberação dos recursos foi um esforço conjunto do Ministério de Portos e Aeroportos, SNPTA, Secretaria Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), CAP Imbituba, SCPAR holding, Porto de Imbituba e prefeitura.

No exercício de 2024 foram transferidos pela SCPAR para Prefeitura Municipal de Imbituba a importância de R\$ 1.147.914,45 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, novecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), decorrente do Convênio celebrado entre a SCPAR e o Município de Imbituba, visando a cooperação técnica e financeira destinada a realização de obras de melhorias do acesso ao porto organizado de Imbituba (acesso sul da cidade de Imbituba).

12. DESEMPENHO AMBIENTAL

Seguindo a linha de atuação da SCPAR, focada na gestão de empreendimentos e projetos estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do estado, a questão ambiental é tratada com fundamental importância para manter o crescimento do estado de forma sustentável.

Baseando-nos nas boas práticas e agendas positivas da governança socioambiental - ESG, buscamos fazer além do preconizado pela Legislação Ambiental. Seguindo os princípios de sustentabilidade nas ações socioambientais da instituição, alcançamos diversos resultados capazes de aumentar o desempenho de nossos processos, reduzindo impactos negativos no meio ambiente e contribuindo na redução do impacto das mudanças climáticas. Ações que resultaram em reconhecimento junto à Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ, através do IDA-Índice de Desenvolvimento Ambiental, que classificou dois de nossos portos entre os 10 melhores no ranking nacional em ações, através da análise de indicadores diversos e de fatores ambientais complexos. Além de outros Prêmios Estaduais e Nacionais envolvendo meio ambiente, comunidade e instituição, ações detalhadas em cada um dos relatórios de sustentabilidade de suas subsidiárias.

Havendo aderido ao Pacto Global das Organizações das Nações Unidas (ONU), iniciativa que estimula companhias a adotar práticas que promovam o crescimento sustentável e a cidadania, devendo reportar anualmente seu progresso a ONU em relação aos programas desenvolvidos, juntamo-nos a outros 60 portos ao redor do mundo no programa que é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa atual no mundo, com mais de 16 mil membros, entre empresas e organizações, distribuídas por 160 países. Consciente da responsabilidade perante o desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina buscamos constantemente aprimorar nossas ações em prol da preservação do meio ambiente e respeito às comunidades onde cada subsidiária está inserida, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável, potencializando ações que contribuam para o alcance dos "ODS", objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Porto de Imbituba

A Companhia vem executando um amplo trabalho de monitoramento ambiental, controle e conscientização, tendo aplicado cerca de R\$ 5,1 milhões de reais no decorrer de 2024 em ações voltadas ao meio ambiente. Atualmente, o Porto de Imbituba contam com 20 (vinte) programas ambientais, a partir de um profundo estudo que consolida o Plano de Controle Ambiental (PCA), adotando práticas como: monitoramentos das águas superficiais, subterrâneas e oceânicas; controle das águas de lastro; monitoramento das condições hidrodinâmicas; monitoramento dos sedimentos; monitoramento da dragagem de manutenção; monitoramento dos ruídos subaquáticos e atmosféricos; monitoramento da qualidade do ar; inspeção veicular, gerenciamento de resíduos sólidos; monitoramento da biota aquática; monitoramento da pesca artesanal; prevenção da fauna sinantrópica; educação ambiental; comunicação social e monitoramento das baleias-francas. A coordenação de esforços ambientais também resultou na finalização do Plano de Área dos Portos

de Imbituba e Laguna (PA-PIL), com a apresentação da primeira versão ao Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), em novembro. O PA-PIL estabelece os procedimentos das empresas e órgãos públicos em caso de um incidente ambiental de poluição por óleo. De forma efetiva, em 2024 passou a operar no Complexo Portuário de Imbituba o sistema de energia fotovoltaica, que gera 15% de toda a energia necessária para as operações do Porto a partir da transformação da luz solar em eletricidade. Também em 2024, durante a temporada de baleias-francas no litoral brasileiro foi realizada a Expedição Baleia-Franca. A jornada de observação sobrevoou 1.200 km de costa entre os estados do Paraná e Rio Grande do Sul e registrou 216 baleias-francas avistadas, principalmente no Estado de Santa Catarina. O Porto de Imbituba manteve o atendimento dos itens constante no Índice de Desempenho Ambiental (IDA), ranking este coordenado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) em que mede as performances ambiental dos portos brasileiros, elevando seu índice no ranking em relação ao ano anterior para 93,81 de um total de 100 possíveis, demonstrando, assim, seu compromisso e responsabilidade ambiental, diretriz que norteia suas atividades.

Porto de São Francisco do Sul

O Porto estabeleceu um planejamento estratégico com uma série de medidas de controle para aperfeiçoar o gerenciamento de efluentes. Dentre elas, destaca-se a aquisição e implementação de um sistema de esgotamento sanitário, composto por uma rede coletora e uma estação de tratamento de efluentes. Além disso, a autoridade portuária está executando o Plano de Ação, prevendo um diagnóstico de todo o sistema, bem como a identificação de possíveis ligações clandestinas. A partir disso, objetiva-se adotar as medidas necessárias para atender às exigências do órgão ambiental no âmbito deste programa, realizadas por meio do Parecer Técnico nº 18/2022. Diante do exposto, pode-se concluir que a baía da Babitonga está em estado de equilíbrio ambiental. Os resultados obtidos ao longo da execução dos diversos programas ambientais pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul demonstraram consistência e coesão, corroborando os achados de vários estudos realizados na região, que fundamentaram os resultados apresentados. Ademais, as atividades portuárias na baía da Babitonga não se configuram como um impacto negativo significativo que comprometa a qualidade ambiental da área. É importante ressaltar que as operações portuárias são realizadas de maneira responsável, em conformidade com as normas ambientais, adotando medidas de controle e mitigação de potenciais impactos, com o compromisso de preservar e proteger esse valioso ecossistema.

Em 2024 reuniões relativas à comunidade Bela Vista, com representantes da comunidade, Porto de São Francisco do Sul, SCPAR, e o Ministério Público, foi discutida a busca por soluções, como a titularidade da área, indenizações e estudos mais detalhados para o futuro. A comunidade, embora insatisfeita com a possibilidade de remoção, mostrou disposição para continuar as negociações.

No primeiro semestre de 2024, observou-se um aumento na frequência das reuniões com o órgão ambiental, a consultoria técnica e a equipe do Porto de São Francisco do Sul. Essas reuniões enfatizam a busca pela melhoria contínua dos procedimentos operacionais e pela formalização dos documentos, com o objetivo de obter a aprovação dos documentos em análise pelos técnicos do IBAMA. A consultoria técnica passou a realizar reuniões em periodicidade semanal com a Gerência

de Meio Ambiente, com visitas técnicas seguidas de reuniões de alinhamento para orientar os responsáveis sobre as ações corretivas a serem implementadas. Esse setor, por sua vez, está comprometido com melhorias contínuas e a resolução dos desvios identificados pela equipe técnica de supervisão ambiental.

O Programa de Educação Ambiental foi destaque no primeiro semestre de 2024, uma vez que apresentou resultados bastante satisfatórios, considerando as dificuldades já relatadas no relatório consolidado anterior. As palestras e as exposições do projeto SOS Oceanos alcançaram número expressivo de participantes ao longo do referido ano. Ademais, foram desenvolvidas diversas ações educativas que contaram com alto engajamento da população, a saber: Dia Mundial do Meio Ambiente, Fórum Catarinense do Setor Portuário e Premiação Portos e Navios. Este projeto viabiliza visitas guiadas pelo Porto e amplia a relação Porto-Cidade, com objetivo de ampliar o pertencimento da população ao porto público.

Porto de Laguna

A metodologia do Programa de Educação Ambiental do Trabalhador demonstrou eficiência, visto que as informações são repassadas de forma rápida, facilitando a participação das pessoas tanto nas abordagens dialógicas em campo, quanto nas palestras e dinâmicas práticas na sala de reuniões do Porto. Durante as atividades promovidas, os colaboradores participam ativamente de forma positiva na reflexão final, posicionam-se como responsáveis pelas ações em prol das melhorias na qualidade ambiental no ambiente de trabalho e na cidade como um todo. A metodologia do PEAT em 2024 foi modificada, sendo executada bimestralmente. O mês anterior à aplicação da palestra, dedica-se tempo para estudo do tema, elaboração de material com atividades teóricas, práticas e novas formas de abordagem visando um maior interesse e envolvimento dos trabalhadores nas temáticas abordadas. Desta forma, as ações do PEAT estão contribuindo para ampliar o conhecimento e a visão sobre as questões ambientais dos trabalhadores diretos e indiretos do empreendimento. A educação é uma ferramenta importante para incentivar a adoção de posturas seguras e ambientalmente corretas por parte de cada colaborador, bem como para reduzir os impactos socioambientais do Porto de Laguna como um todo. Medidas como as de sensibilização e informação ambiental fortalecem o conhecimento dos colaboradores, bem como auxilia a reduzir riscos, reforçando ainda a responsabilidade do empreendimento para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, para a saúde e em conformidade com a legislação vigente.

O Programa de Monitoramento de Gestão de Efluentes do Porto de Laguna, teve sua décima campanha realizada em outubro de 2024 com a coleta de efluente bruto e tratado da Estação de Tratamento de Efluentes. A coleta foi realizada de acordo com os parâmetros definidos no Plano de Controles e Programas Ambientais – PCA do Porto de Laguna. Diante dos resultados, foi possível concluir que as ações de melhorias no sistema de tratamento realizadas nos últimos meses de maneira geral refletiram em uma melhora na eficiência do sistema de tratamento do efluente do Porto.

13. DESEMPENHO SOCIAL

A SCPAR Holding, enquanto acionista única dos Portos de São Francisco do Sul e de Imbituba e como gestora do Porto de Laguna, incentiva o exercício de ações que possam melhorar a relação entre o porto e as cidades em que estão localizados, promovendo uma integração mais harmoniosa e benéfica para ambas as partes.

As ações reforçam o engajamento comunitário dos portos, estabelecendo fóruns de diálogo e participação que envolvem moradores, organizações locais e partes interessadas, a conscientização educacional para aumentar a compreensão sobre o papel do porto na economia local e global e práticas de gestão ambiental sustentável.

Os Programas de Comunicação Social quando do licenciamento ambiental deve ter como público-alvo os grupos sociais e comunidades direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento, portanto, o público externo. Já o público interno, colaboradores do empreendimento, devem ser alvo do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores enquanto o Programa de Comunicação Social objetiva informar à população das áreas de influência do empreendimento – priorizando os grupos sociais afetados – acerca dos impactos ambientais e repercussões no cotidiano da sociedade local, durante as diferentes etapas de licenciamento ambiental. Objetiva, também, informar o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, a execução e o acompanhamento dos programas ambientais, o andamento da operação do empreendimento em licenciamento e demais informações de interesse público. De forma geral, visa a produção e disponibilização contínua de informações, através de diversos canais e ferramentas de comunicação. Justifica-se a adoção do Programa para a promoção da interação e diálogo entre o empreendedor e a sociedade, a fim de evitar eventuais atritos e mitigar desgastes oriundos dos transtornos causados pela ausência de informação ou propagação de informações equivocadas.

O porto de Imbituba deu sequência em 2024 a diversos programas socioambientais, como: o Programa Porto de Portas Abertas, programa com objetivo de valorizar iniciativas educacionais; onde a visitação de diversas turmas de instituições educacionais e outras, conhecem as instalações portuárias e as atividades desenvolvidas na área retroportuária; o Projeto Costa Butiá, que desenvolvido desde 2018 pela administração do Porto, e realizado pela empresa Acquaplan, dentro da execução do Programa de Educação Ambiental da Autoridade Portuária, produz artesanatos com matéria prima local; a 3ª edição do Arraiá do Porto de Imbituba, evento que faz parte da programação de aniversário do município, tem os objetivos de promover a aproximação porto-cidade e apoiar causas sociais locais: cerca de 3 mil pessoas passaram pelo evento, que somou a arrecadação de mais de R\$ 38 mil para a Casa de Repouso Imaculada Conceição de Imbituba e R\$ 1,8 mil para a Associação dos Amigos dos Autistas de Imbituba; o IMBCOMEX 2024, o maior encontro de comércio exterior da Região Sul de Santa Catarina, com painéis e palestras de autoridades e profissionais especialistas no assunto, visando o compartilhamento de informações estratégicas com o mercado e o desenvolvimento das operações no complexo portuário, uma realização do Núcleo de Comércio Exterior da Associação Empresarial de Imbituba (ACIM COMEX) em parceria com a SCPAR Porto de Imbituba; e “Porto sem Dengue”, com diversas ações de conscientização e divulgação de materiais informativos na área portuária e

nas redes sociais do Porto, além da realização de um dia “D” de mutirão com as empresas arrendatárias para monitoramento e a eliminação de pontos com acúmulo de água.

parceria inédita com a Mercedes-Benz para adesão ao Movimento “A Voz Delas”, iniciativa que busca promover ações para o bem-estar das caminhoneiras, cristais (como são chamadas as companheiras dos motoristas) e as profissionais do setor de transporte de cargas, firmando um compromisso conjunto com a representatividade, o empoderamento, a segurança e o respeito às mulheres;

O porto de São Francisco do Sul também realizou diversas atividades de relacionamento porto-cidade, entre elas o programa de visitação ao Porto, iniciativa em parceria com a Receita Federal, que trouxe um público diversificado para conhecer as instalações portuárias, prioritariamente alunos da rede pública de São Francisco do Sul e de forma gradual se estendendo para outras entidades e instituições de ensino.

O Porto também garantiu a manutenção da certificação ISO 9001 e 14001, após auditoria externa que constatou que o Porto continua atendendo aos requisitos estabelecidos para a Certificação ISO 9001 (de Gestão da Qualidade) e 14001 (de Gestão Ambiental). O Programa de Educação Ambiental – PEA da SCPAR Porto de São Francisco do Sul é uma condicionante da Licença ambiental que vem sendo atendida desde 2017, direcionado aos grupos sociais da área de influência bem como aos trabalhadores envolvidos na atividade portuária, que se utiliza de inúmeras técnicas e metodologias para sensibilizar os atores foco do Programa de Educação Ambiental, como treinamento virtual, reunião educativa presencial, atividades em sala de aula e auditórios e ainda de campo como formação de grupos para limpeza nas praias, com exposições ao ar livre, cursos de fotografia, palestras dentre outros, na busca de sensibilizar os partícipes para as causas ambientais. Dentre os programas com maior alcance, o Projeto SOS Oceanos – iniciado em setembro de 2019, procura mobilizar pescadores para adotarem boas práticas na gestão dos resíduos sólidos (tanto para os descartes dos resíduos produzidos, mas também na retirada do lixo do mar e de outros ambientes)., e em troca, são recompensados com itens que aprimoram as condições de seu trabalho.

O Projeto SOS Oceanos foi selecionado em segundo lugar no Prêmio Portos e Navios 2024, de Responsabilidade Socioambiental, concorrendo com cases de portos de todas as regiões do Brasil. O prêmio tem como objetivo incentivar iniciativas que mitiguem impactos ambientais da atividade portuária ou industrial, contribuam para preservação/desenvolvimento ambiental na área de abrangência e/ou contribuam positivamente para o desenvolvimento social da coletividade em sua área de influência. Ainda enquanto projeto SOS Oceanos, são realizadas ações de limpeza nas Ilhas da Babitonga com frequência anual, com envolvimento de inúmeras instituições, mais de 20 embarcações e 100 pessoas para retirar os resíduos de quatro ilhas., que conta ainda com uma grande feira no aterro da baía da Babitonga enquanto acontece a limpeza na ilha. A feira promove atrações culturais, exposições ambientais, atividades de educação, comércio de produtos sustentáveis. O Pacto Global está baseado em dez princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e da Convenção da ONU Contra a Corrupção. As organizações que passam a fazer parte do Pacto Global se comprometem a seguir esses princípios no cotidiano de suas operações. Entre os compromissos que o Porto assumiu, estão o

respeito aos direitos humanos, abolição do trabalho infantil e eliminação da discriminação no emprego. Também deve promover a responsabilidade ambiental e incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente amigáveis, além de combater todas as formas de corrupção.

No porto de LAGUNA, visando o desenvolvimento e visibilidade do Programa de Comunicação Social, foram realizadas algumas publicações nas redes sociais do porto de Laguna, na conta do Instagram. Em maio de 2024 foram realizadas duas publicações, uma para homenagear o Dia do Trabalhador que obteve 24 interações e outra sobre o recorde de movimentação de pescados do Porto de Laguna do ano de 2024. Desde que a SCPAR assumiu o Porto de Laguna, esta publicação obteve 73 interações e 03 comentários positivos. Igualmente foi realizada uma publicação em alusão do Dia Mundial do Meio Ambiente, onde que obtiveram 19 interações.

Também alguns dos materiais preparados para publicações nas redes sociais, ainda não foram publicados neste trimestre, as publicações referentes ao Programa de Gestão Ambiental do Porto de Laguna e ao Programa de Monitoramento das Águas onde foi elaborado um material sobre a pesca da tainha, com algumas informações sobre sua migração, modalidade de pesca, capturas entre outras, esse material foi publicado nas redes sociais, porém em julho.

Projeto Compostagem: no Porto de Laguna, parte dos resíduos orgânicos são encaminhados para uma fábrica de ração animal, porém uma outra parte pode ter a sua destinação aprimorada. A proposta deste projeto consistiu em implantar um sistema de compostagem através do reaproveitamento de parte dos pescados descartados no Porto de Laguna, além de usar o processo em ações educativas em parceria com instituições ou grupos sociais locais. Entretanto, o projeto de compostagem não foi iniciado. Projeto Ecoporto da Pesca: objetivava a implantação de EcoPontos de entrega voluntária de petrechos de pesca no Porto de Laguna, além de mobilizar os pescadores industriais e artesanais para a adoção de boas práticas na gestão dos resíduos da pesca, bem como armazenar e destinar os petrechos de pesca para a indústria de reciclagem de polímeros plásticos. Entretanto, o projeto de Ecoporto da Pesca não foi iniciado. Projeto Aulas ao Mar Livre: durante o DSAP, a população consultada mencionou a importância socioambiental do canal da Barra de Laguna. Sugeriram a realização de um projeto para incentivar a conservação e o uso sustentável da região e para tornar o Porto de Laguna um local com acesso para visitação, educação e turismo. Assim, encontra-se em andamento o Projeto Aulas ao Mar Livre desde 2022 at e junho de 2024.

A companhia, cumprindo sua missão na geração de investimentos no território Catarinense, atividade que volta ao escopo das suas a oes em 2024, atuará na função de Agência de Promoção e Atração de Investimentos, atuará em linha com a geração de emprego e renda, beneficiando todos os catarinenses.

Como forma de agregar valor para sociedade, suas a oes serão pautadas na geração de investimentos que possam somar maior sustentabilidade ambiental, social e com uma governanç a profissional, de modo a gerar um ambiente de negócios em linhas com os objetivos de desenvolvimento sustentável.

14. GESTÃO DE PESSOAS

De acordo com o perfil de sua natureza jurídica, a formação do quadro permanente da SCPAR se deu por meio de concurso público, conforme rege o artigo 35, inciso II da Constituição Federal – CF e pelo artigo 71 do Estatuto Social da empresa. O último concurso realizado pela SCPAR se deu no ano de 2007.

Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de colaboradores atuando na empresa era composto por 39 (trinta e nove) pessoas, sendo 04 (quatro) diretores, 23 (vinte e três) empregados comissionados e 12 (doze) empregados efetivos. Dos 12 (doze) empregados efetivos, 6 (seis) estão nomeados em funções gratificadas e/ou cargo comissionado. Dentre os 04 (quatro) diretores, 1 (um) é empregado efetivo da empresa e 2 (um) servidores de carreira do Estado.

Destes 39 colaboradores, a companhia tem 2 (dois) empregados cedidos a outros órgãos, que por sua vez prestam o devido reembolso à SCPAR dos seus salários e encargos.

Durante o ano de 2024 houve 3,23% de concessão de reajuste salarial e o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT no valor de R\$ 1.474,44/mês (um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos).

No exercício em que retomadas as atividades-fim de promoção de investimentos e de prestação de serviços técnicos de modelagem e estruturação de projetos de desestatização, sejam parcerias público-privadas ou concessões, foi feito um amplo levantamento de necessidades de capacitação, tendo sido convidados todos os colaboradores a participar.

Já foram disponibilizadas oportunidades de capacitação em cursos diversos, com ampla divulgação interna, dando-se preferência inicialmente a cursos de formação gratuitos, como início das trilhas de capacitação, mas também foram disponibilizados cursos para conselheiros e dirigentes, além da certificação CP3P-F e da inscrição da instituição em programa de pós-graduação oportunizado pela FGV, em parceria com o Banco do Brasil, tendo sido qualificada uma equipe da empresa, com tres colaboradores, a participar do curso, tendo obtido bolsa integral para o curso.

15. OUVIDORIA - ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EM 2024

Durante o exercício de 2024, a Ouvidoria da SCPAR/Invest SC manteve seu papel estratégico como canal de comunicação entre a sociedade e a administração pública. Ao todo foram registradas 51 *manifestações de ouvidoria* e 19 demandas relativas a pedidos de informação (pautadas pela Lei de Acesso à Informação - LAI).

Das *manifestações de ouvidoria* (reclamações, solicitações, denúncias, elogios e outros), 24 corresponderam a *denúncias* (47%) e 22 à *reclamações* (43%). As *solicitações* totalizaram 4 demandas (8%) e *elogios*, 1 (2%).

Por sua vez, as demandas por informações (LAI) apresentaram 3 demandas para Ouvidoria na SCPAR/INVEST (Holding), 12 demandas na SCPAR Porto de Imbituba e 4 demandas na SCPAR Porto de São Francisco do Sul.

Esse conjunto total de manifestações evidenciam a abrangência do serviço de Ouvidoria e a importância de um canal de interação da comunidade com os serviços prestados pela empresa.

A Ouvidoria é um instrumento de inteligência institucional que busca contribuir com subsídios relevantes para a melhoria dos serviços prestados e fortalecimento da cultura organizacional, sempre orientada à escuta qualificada e à prestação de contas à sociedade e ao governo como gestor máximo.

Prazos e Efetividade no Atendimento

O tempo médio de resposta para as *manifestações de ouvidoria*, conforme a complexidade do tema e fatores circunstanciais, variou entre 38,96 dias na Ouvidoria setorial da SCPAR Porto de Imbituba e 53,25 dias na Ouvidoria setorial da SCPAR Porto de São Francisco do Sul.

Os prazos médios de atendimento à demandas da LAI foram de 8 dias na SCPAR Holding, 28 dias na SCPAR Porto de Imbituba e 17 dias na SCPAR Porto de São Francisco do Sul.

A atuação da Ouvidoria da SCPAR em 2024 reafirmou o compromisso com os princípios de governança corporativa e transparência administrativa, posicionando-se como elo entre a sociedade e a gestão pública, em consonância com as diretrizes de seus gestores, com o Plano de Integridade e da política de Governança da SCPAR/Invest SC.

16. PERSPECTIVAS PARA 2025

Por determinação do Governo do Estado de Santa Catarina, acionista majoritário, a SCPAR iniciou, em 2024, processo de transição de suas atividades operacionais.

A sua atuação passou a refletir a posição de uma empresa que exerce a função de holding de outras companhias mas, ao mesmo tempo, possui atividade econômica própria.

Para tanto, a Invest SC visa atuar com observância ao princípio da transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a Holding e suas subsidiárias Porto de São Francisco do Sul e Porto de Imbituba, propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias, para assim garantir a operação contínua, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado.

A transversalidade tem como estratégia conceitual e operacional a incorporação de visões multifacetadas dos problemas para abarcar as novas perspectivas e propor soluções. O foco desse modelo de gestão é possibilitar maior interação entre as equipes, com a proposta de processos e planos de trabalho que permitam mais flexibilidade entre as empresas e maior otimização da força de trabalho disponível, sempre primando pela autonomia das suas subsidiárias.

Como Holding, sua principal função não se limita a possuir e controlar participações acionárias em outras empresas, mas pode, ainda atuar na formulação de estratégias de longo prazo para o grupo, estabelecendo diretrizes de atuação para todas as empresas controladas, a fim de alcançar objetivos comuns ou sinergias; implementar práticas de governança corporativa, garantindo que as subsidiárias sigam padrões éticos e regulatórios, além de promover a transparência e a prestação de contas; centralizar parte da gestão financeira do grupo, incluindo a captação de recursos, distribuição de dividendos e alocação de capital para investimentos e expansões nas empresas controladas; atuar na gestão de riscos do grupo como um todo, assegurando que as subsidiárias estejam preparadas para enfrentar desafios, sejam eles econômicos, legais ou operacionais; prestar orientação e suporte jurídico às controladas, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com as leis e regulamentações aplicáveis e buscar sinergias entre as controladas, promovendo a colaboração e a otimização de recursos (como fornecedores, infraestrutura e serviços) para reduzir custos e aumentar a eficiência.

Com sua representação nos respectivos Conselhos de Administração, também efetua supervisão financeira das subsidiárias, garantindo a saúde financeira de todo o grupo, acompanhando balanços, fluxo de caixa e relatórios financeiros, buscando proteger e promover a reputação e o valor da marca do grupo, garantindo que todas as controladas sigam padrões que mantenham ou melhorem a imagem corporativa.

No caso do Porto de Laguna, a SCPAR atua diretamente como Autoridade Portuária, tendo tomado, no exercício findo, providências junto a Secretaria Nacional de Portos, tendo requerido a sua incorporação à sua subsidiária SCPAR Porto de Imbituba, para maior eficiência econômica e operacional.

Assim, a SCPAR, agora Invest SC, voltou seu foco para atividades de atração de investimentos, sejam investimentos diretos ou investimentos em infraestrutura, tendo realizado processo de reestruturação organizacional, com criação e reformulação de diretorias voltadas à operações: Diretoria de PPPs e Concessões e Diretoria de Atração de Investimentos (antiga Diretoria de Portos).

Assim a companhia reafirma com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense, passando, entretanto, a ter possibilidade de geração de receitas operacionais ligadas a prestação de serviços técnicos especializados.

Considerando o novo posicionamento da companhia, as iniciativas estabelecidas com a finalidade de alcançar os objetivos definidos para o ano de 2024 foram concentradas em promoção da geração de investimentos no território catarinense e o desenvolvimento, gerenciamento e/ou a prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo.

Paralelamente a Invest SC atua como suporte especializado ao Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC), conforme estabelecido pelo Decreto nº 1.530 de outubro de 2021. Seu objetivo é contribuir para a promoção de investimentos no território

catarinense, fornecendo a prestação de serviços de suporte técnico especializado. Com isso, a empresa pretende ampliar sua atuação para se tornar também uma Agência de Atração de Investimentos, oferecendo assessoria na interlocução com órgãos públicos e apoio a investidores interessados.

Em **2025**, além da estruturação de projetos, a companhia seguirá atuando em linha com as melhores práticas de atração de investimentos.

Pretendemos iniciar uma ampla divulgação junto aos municípios, para oferecer apoio e cooperação nas atividades de atração de investimentos, mas também oferecer nossos serviços técnicos especializados para estruturar e modelar projet-os de PPPs e concessões municipais, iniciando com aqueles relacionados à temática de Smart Cities, como iluminação pública, internet, usinas fotovoltaicas, sistemas de câmeras integradas e semáforos inteligentes. Para tal, vamos procurar uma instituição parceira, para que possamos unidos, multiplicar a capacidade de atendimento e execução de projetos paralelos.

Por fim, a Invest SC considera expandir para a gestão centralizada de ativos públicos, como imóveis e participações acionárias. A tendência global é atribuir essa gestão a holdings, visando a valorização e rentabilização dos ativos. A centralização, recomendada pela OCDE, proporciona monitoramento eficaz das participações acionárias do estado, promovendo a padronização da gestão corporativa e fortalecendo a conexão entre companhias e o núcleo político do governo. A SCPAR busca assumir um papel proeminente nesse cenário, almejando contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos em Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de março de 2025.

Renato Dias Marques de Lacerda
Diretor-Presidente

Luiz Henrique Domingues da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Gerson Luiz Schwerdt
Diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios

Maurício Euclides de Melo
Diretor de Parcerias e Concessões

Rodrigo Meyer Prisco Paraíso
Diretor de Atração de Investimentos



Assinaturas do documento



Código para verificação: **2E0OB5E9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MAURÍCIO EUCLIDES DE MELO** (CPF: 026.XXX.459-XX) em 25/04/2025 às 09:25:56
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/03/2019 - 18:17:59 e válido até 08/03/2119 - 18:17:59.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GERSON LUIZ SCHWERDT** (CPF: 421.XXX.860-XX) em 25/04/2025 às 11:39:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/03/2019 - 13:26:31 e válido até 20/03/2119 - 13:26:31.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUIZ HENRIQUE DOMINGUES DA SILVA** (CPF: 105.XXX.018-XX) em 25/04/2025 às 12:04:56
Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/05/2018 - 16:57:50 e válido até 08/05/2118 - 16:57:50.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RENATO DIAS MARQUES DE LACERDA** (CPF: 018.XXX.717-XX) em 25/04/2025 às 12:53:56
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:00:11 e válido até 13/07/2118 - 15:00:11.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **RODRIGO MEYER PRISCO PARAISO** (CPF: 030.XXX.889-XX) em 25/04/2025 às 15:39:11
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/02/2023 - 15:39:59 e válido até 23/02/2123 - 15:39:59.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA0NTZfNDU2XzlwMjVfMkUwT0I1RTk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 00000456/2025** e o código **2E0OB5E9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.